



COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS

1ª Emissão de Debêntures não Conversíveis em Ações, Espécie Quirografária

Relatório Anual do Agente Fiduciário Exercício 2003

CARACTERIZAÇÃO DA EMISSORA

Razão Social: Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG;

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes;

Endereço da Sede: Av. Barbacena, 1200 - 30190-131- Belo Horizonte – MG;

Telefone / Fax:

(31) 3299-4903 / (31) 3299-3832;

Diretor de Relações com Investidores: Sr. Flávio Decat de Moura;

CNPJ:

17.155.730/0001-64;

Auditores Independentes:

Objeto Social: A Companhia é concessionária do serviço público de energia elétrica e seu acionista controlador é o Estado de Minas Gerais. Seus principais objetivos sociais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos de energia, com vistas à respectiva exploração econômica. ■

das debêntures da respectiva série que ainda estejam em circulação, pelo valor nominal atualizado, se for o caso, valor nominal, acrescido dos juros remuneratórios;

Quantidade de Debêntures e Número de Séries: Foram emitidas 62.500 (sessenta e duas mil e quinhentas) debêntures, sendo 31.250 (trinta e uma mil, duzentas e cinquenta) relativas a 1ª Série, e 31.250 (trinta e uma mil, duzentas e cinquenta) relativas a 2ª Série;

Valor Total da Emissão: O valor total da emissão é de R\$625.000.000,00 (seiscentos e vinte e cinco milhões de reais), na Data de Emissão;

Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão;

Forma e Espécie: As debêntures são da forma nominativa escritural, não endossáveis, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária);

(Continua na página 2)

CARACTERÍSTICAS DA DEBÊNTURE

Registro CVM: Às 1ª e 2ª Séries de Debêntures desta 1ª Emissão de Debêntures foi concedido o registro pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 03 de dezembro de 2001, respectivamente, sob os nº CVM/SRE/DEB/2001-080 e 81;

Data de Emissão: Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das debêntures é 01 de novembro de 2001;

Data de Vencimento: O vencimento das debêntures da 1ª Série será em 01 de novembro de 2009. O vencimento das debêntures da 2ª Série será em 01 de novembro de 2011. Por ocasião de cada data de vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento

Índice

Caracterização da Emissora	01	Obrigações Adicionais da Emissora	06
Características da Debênture	01	Principais Aspectos do	
Destinação dos Recursos	03	Exercício de 2003	10
Posição da Debênture	03	Principais Rubricas e	
Ratings	04	Indicadores Financeiros	23
Fatos Societários Relevantes	04	Análise de Demonstrativos Financeiros	25
Agenda de Eventos	04	Parecer	27
Assembleia de Debenturistas	05	Declaração do Agente Fiduciário	27
Organograma Societário	06		

“Este Relatório Anual foi elaborado com base nas informações prestadas pela companhia emissora, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003, visando o cumprimento ao disposto no artigo 68, parágrafo primeiro, alínea “b” da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e do artigo 12 Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983.”

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO (Cont.)

Mecanismo Alternativo de Pagamento: Na hipótese de não pagamento pela Emissora de qualquer valor devido com relação às debêntures nos termos da escritura nas respectivas datas de vencimento e sem prejuízo do disposto nos itens 4.4 e 4.9.3, ambos previstos na Escritura de Emissão, todo e qualquer valor devido em razão das debêntures, vencidos e não pagos, nas datas estabelecidas, terão Poder Liberatório e poderão ser utilizados pelos debenturistas, a qualquer tempo, para pagamento de contas de fornecimento de energia elétrica faturadas pela Emissora, mediante dação em pagamento pelos debenturistas do crédito representado pelos valores devidos em razão das debêntures, contra o débito representado pela fatura de fornecimento de energia elétrica cobrada pela Emissora. Os critérios para utilização do Poder Liberatório estão nas Cláusulas VI e VII da Escritura de Emissão;

Conversibilidade: As debêntures não são conversíveis em ações;

Atualização do Valor Nominal: Durante o Primeiro Período de Vigência de Remuneração, ambas as séries terão o Valor Nominal das debêntures atualizado pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), a partir da Data de Emissão, calculada de forma *pro rata temporis*, com base em um ano de 360 dias corridos. O Primeiro Período de Vigência da Remuneração das debêntures terá início, para ambas as séries, na Data de Emissão e vencimento, para a 1ª Série, em 01 de novembro de 2005 e, para a 2ª Série, em 01 de novembro de 2006.

A aplicação do IGP-M incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade;

Juros Remuneratórios: Durante o Primeiro Período de Vigência de Remuneração de ambas as séries, as debêntures farão jus, a partir da Data de Emissão, a Juros Remuneratórios de 12,70% a.a., base 360 dias corridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado. A remuneração definitiva das

debêntures das duas séries foi determinada em processo de bookbuilding realizado em 13 de novembro de 2001, e aprovada pelo Conselho de Administração da Emissora em reunião realizada em 19 de novembro de 2001. Os Juros Remuneratórios serão pagos aos debenturistas anualmente, em 1º de novembro dos anos de 2002, 2003, 2004 e 2005 para as duas séries, e para a 2ª Série, também em 1º de novembro de 2006;

Repactuação: Define-se como “Período de Vigência de Remuneração” o intervalo de tempo em que permanecem constantes as condições

Os Juros Remuneratórios serão pagos aos debenturistas anualmente, em 1º de novembro dos anos de 2002, 2003, 2004 e 2005 para as duas séries, e para a 2ª Série, também em 1º de novembro de 2006.

de atualização do valor nominal e os juros remuneratórios das debêntures. Caberá ao Conselho de Administração da Emissora deliberar sobre as condições de repactuação das debêntures que vigorarão durante o(s) subsequente(s) período(s) de Vigência de Remuneração. As deliberações da Emissora sobre as condições de repactuação das debêntures serão comunicadas pela Emissora por intermédio de publicação, até 15 dias úteis antes do encerramento de cada período de Vigência de Remuneração, informando:

- a) o prazo do próximo período de vigência da remuneração, obedecendo ao prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente;
 - b) as condições da remuneração e atualização monetária, se houver, a vigor durante o próximo período de vigência da remuneração;
 - c) as datas de vencimento de juros.
- Caso os debenturistas não concordem com as condições fixadas pela Emis-

sora para o próximo Período de Vigência da Remuneração ou tais condições não sejam publicadas pela Emissora, os debenturistas poderão, entre o 15º e o 5º dias úteis (inclusive) anteriores à data de repactuação, manifestar, através de informação ao respectivo sistema de custódia onde estiverem vinculados, sua opção de exercer o direito de venda de suas debêntures à Emissora, sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o Vencimento Antecipado das debêntures.

Negociação: As debêntures foram registradas para negociação junto ao SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP; e ao Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da BOVESPA, custodiada na CBLIC.

Banco Mandatário: Banco Itaú S.A.;

Código na CETIP:
CMIG11 e CMIG21;

Pagamento do Principal: O valor integral do principal das debêntures será pago nas datas de vencimento das respectivas séries, ou seja, 1º de novembro de 2009 para a 1ª Série e 1º de novembro de 2011 para a 2ª Série;

Publicidade: Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, na edição do jornal “O Estado de São Paulo”, na página da Emissora na Internet (<http://www.cemig.com.br>), bem como no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal “Hoje em Dia”, exceção feita aos anúncios de Início e Encerramento de Distribuição, que serão publicados apenas na edição nacional do jornal “Valor Econômico”;

Aquisição Facultativa: A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu valor nominal, atualizado monetariamente, se for o caso, acrescido dos juros remuneratórios, observado o disposto no artigo 55, da Lei 6.404/76. As debêntures objeto de tal aquisição

(Continua na página 3)

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO (Cont.)

poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado;

Vencimento Antecipado: O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Emissão, e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal acrescido da Remuneração, na ocorrência dos seguintes fatos:

- a) o não pagamento do principal ou juros devidos em razão das debêntures nas respectivas datas de vencimento;
- b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor global ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora ou por qualquer uma de suas Controladas e/ou Subsidiárias, se for cancelado ou ainda se foram prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- c) pedido de concordata preventiva ou falência formulado pela Emissora ou por qualquer uma de suas Subsidiárias;
- d) extinção, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de qualquer de suas Subsidiárias;
- e) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, incluindo a não publicação das condições de repactuação que se refere no item 4.2 da Escritura de Emissão, não sanada em 30 dias, contados da data em que for

recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;

- f) se a Emissora (ou qualquer uma de suas Subsidiárias) deixar de pagar, injustificadamente, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qual-quer outra obrigação pagável pela Emissora (ou qualquer uma de suas Subsidiárias) segundo qualquer acordo de qual ela seja parte como mutuária ou avalista, envolvendo quantia igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- g) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora (ou qualquer uma de suas Subsidiárias), em montante igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), em razão de inadimplência contratual ou não, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora previstas na Escritura de Emissão;
- h) privatização, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer forma de reorganização societária, envolvendo a Emissora e/ou seus ativos, exceto se essa reorganização societária ocorra respeitado o disposto na Cláusula XI da Escritura de Emissão;
- i) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela Emissora e / ou por qualquer uma de suas Subsidiárias;
- j) emissão de quaisquer valores mobiliários e/ou a contratação de quaisquer obrigações que possam de qualquer forma afetar o mecanismo Alternativo de Pagamento – Poder Liberatório.

** As características estão de acordo com a Escritura Particular de Emissão, bem como, seu Primeiro Aditivo, firmado em 27 de novembro de 2001. ■*

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

De acordo com a declaração prestada pela Emissora a este Agente Fiduciário, os recursos obtidos com a emissão das debêntures estão sendo destinados ao financiamento de empreendimentos na área de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive para implementação de projetos envolvendo parcerias com empresas do setor privado.

Esclarecemos que a Emissora não está obrigada a direcionar quantias específicas para projetos específicos e poderá realocar os recursos obtidos com a emissão das debêntures da forma mais eficiente entre esses projetos ou em outros projetos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que venham a ser desenvolvidos no futuro.

Os recursos captados foram depositados em uma conta específica aberta junto ao Banco Itaú, conforme correspondência CR/FJ-16.847/2001, de 03 de dezembro de 2001.

Dos recursos captados com esta emissão, R\$578,5 milhões já foram utilizados até dezembro/2002. Os valores referentes a estes gastos foram apurados de acordo com os lançamentos contábeis da Emissora, os quais obedecem as regras estabelecidas no Plano de Contas da ANEEL. ■

POSIÇÃO DA DEBÊNTURE

1ª Série

Data	Valor Nominal	Juros	Preço Unitário
31/12/2003	R\$ 13.799,484761	R\$ 277,733922	R\$ 14.077,218683
31/12/2002	R\$ 12.681,489847	R\$ 255,232711	R\$ 12.936,722559

Data	Debêntures em Circulação	Total do Principal	Total de Juros	Saldo Total
31/12/2003	31.250	R\$ 431.233.898,78	R\$ 8.679.185,06	R\$ 439.913.083,84
31/12/2002	31.250	R\$ 396.296.557,73	R\$ 7.976.022,23	R\$ 404.272.579,96

(Continua na página 4)

POSIÇÃO DA DEBÊNTURE (Cont.)

2ª Série

Data	Valor Nominal	Juros	Preço Unitário
31/12/2003	R\$ 13.799,484761	R\$ 277,733922	R\$ 14.077,218683
31/12/2002	R\$ 12.681,489847	R\$ 255,232711	R\$ 12.936,722559

Data	Debêntures em Circulação	Total do Principal	Total de Juros	Saldo Total
31/12/2003	31.250	R\$ 431.233.898,78	R\$ 8.679.185,06	R\$ 439.913.083,84
31/12/2002	31.250	R\$ 396.296.557,72	R\$ 7.976.022,22	R\$ 404.272.579,94

AGENDA DE EVENTOS

A) EVENTOS OCORRIDOS EM 2003:

1ª Série

DATA	JUROS REMUNERATÓRIOS	DATA	JUROS REMUNERATÓRIOS
01/11/03	R\$1.759,244754	01/11/03	R\$1.759,244754

2ª Série

B) EVENTOS A SEREM REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2004:

DATA	EVENTO
01/11/04	Pagamento de Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries

FATOS SOCIETÁRIOS RELEVANTES

Na Reunião do Conselho realizada em 11 de fevereiro de 2003, dentre outras deliberações, foi aprovado:

(i) celebração de Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Assunção de Compromisso e de Acordo de Encontro de Contas entre a Emissora e a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN – no qual a Emissora se compromete a transferir para a CSN o montante de R\$10.600.886,22 (dez milhões, seiscentos mil, oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e dois centavos).

(ii) Acordo de Encontro de Contratos entre a Emissora e a CSN, nos autos da Ação de Consignação em Pagamento que a CSN move em face da Emissora, conforme encontro de contas envolvendo as faturas de transporte de energia elétrica nos meses de janeiro/99 a janeiro/03, os depósitos judiciais feitos pela CSN e levantados pela Emissora, os valores referentes à energia de contingenciamento de Igarapava de janeiro/99 a outubro/99, os excedentes de energia de Igarapava nos meses de abril/99 a agosto/99. Neste acordo,

RATINGS DA COMPANHIA E DA EMISSÃO

Moody's

Rating da Emissora (escala nacional de longo prazo):
Baa3.br

Rating da Emissora (títulos moeda local de longo prazo):
B1 (Perspectiva negativa)

Rating da Emissora (global de moeda local de longo prazo):
B1

Rating das Debêntures (escala nacional - Longo Prazo):
Baa3.br

Rating das Debêntures (global de moeda local - longo prazo):
B1

a Emissora é credora de uma quantia de R\$418.186,61 (quatrocentos e dezoito mil, cento e oitenta e seis reais e sessenta e um centavos), que será atualizada desde 1º de janeiro de 2003. A Superintendência de Relacionamento Comercial com Clientes Corporativos-RL tomará as providências para a formalização dos acordos.

SR Ratings

Rating da Emissora (nota global):
BB-

Rating da Emissora (equivalente local):
brBBB+

Rating das Debêntures (equivalente local):
brBBB+

FitchAtlantic Ratings

Rating da Emissora (escala nacional de longo prazo):
A (bra)

Na Reunião de Diretoria realizada em 29 de abril de 2003, dentre outras deliberações, foi aprovado: proposita referente à autorização para definir a remuneração máxima a ser ofertada pela UHESC S.A. no processo de repactuação das debêntures em até 14% a.a., com

(Continua na página 5)

FATOS SOCIETÁRIOS RELEVANTES (Cont.)

nova repactuação em até 2 (dois) anos; bem como para contratar recursos de instituições financeiras, nacionais e/ou internacionais, se necessário, no valor equivalente às parcelas de principal e juros, com custos limitados aqueles oferecidos pela UHESC S.A. para repactuação de debêntures, recursos ssesse a serem utilizados na liquidação parcial ou total do contrato de compra e venda de ações.

Na Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2003, foi deliberado as seguintes matérias:

- (i) exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2002, bem como dos respectivos documentos complementares;
- (ii) distribuição de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$220.000,00 (duzentos e vinte mil), conforme anteriormente aprovado pelo Conselho de Administração, a serem pagos a título de dividendos;
- (iii) definição da forma e data do pagamento dos juros sobre o capital próprio;
- (iv) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração;
- (v) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal e fixação de sua remuneração;
- (vi) fixação da remuneração dos Administradores da Emissora.

Na Reunião de Diretoria realizada em 14 de maio de 2003, dentre outras deliberações, foi aprovado: pagamento de taxa para obtenção de *waiver* pela quebra de *covenants* financeiros – o pagamento aos Bancos Citibank e Lloyds Bak TSB da taxa de 0,375%, calculada sobre o saldo devedor de contratos de empréstimos em 31.12.2002, no valor aproximado de US\$390 mil, mais imposto de renda, à alíquota de 17,64%, se for o caso, para a obtenção da renúncia, por parte desses bancos, de seu direito de exigir o repagamento imediato dos contratos de empréstimo firmados com Citibank em 12.09.2000,

18.09.2001 e 13.11.2001; Lloyds Bak TSB em 09.11.2001; e, Citibank/ABN Amro em 21.06.2002, devido ao não cumprimento de *covenants* financeiros.

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2003, Conselho aprovou: autorizar a contratação de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social-BNDES, nos termos da Lei nº 10.438/2002 e do Decreto nº 4.472/2002, para liquidação da segunda parcela de suas obrigações financeiras perante o Mercado Atacadista de Energia Elétrica-MAE, nas seguintes bases principais: Valor: até R\$526.500.000,00 (quinhentos e vinte e seis milhões e quinhentos mil reais); Juros: SELIC + 1% a.a (um por cento ao ano); Amortização: previsão de até 82 (oitenta e duas) prestações mensais e sucessivas; Garantia da operação: cessão ao BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da data da assinatura dos contratos de financiamento, do produto da cobrança da tarifa de geração e de distribuição de energia elétrica em percentuais a serem ajustados com aquele Banco; Demais condições: serão aquelas utilizadas pelo BNDES em operações análogas.

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de julho de 2003, dentre outras deliberações, o Conselho aprovou: (i) autorizar a Diretoria a negociar a contratação de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES referente ao crédito da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A-CVA, diferido por decreto do Poder Concedente, por ocasião da revisão periódica das tarifas da Empresa, no valor de até, aproximadamente, R\$324 milhões. A operação pactuada deverá ser submetida à aprovação final do Conselho; (ii) autorizar a Diretoria a negociar a contratação de financiamento(s) com instituição(ões) financeira(s) nacional(is), ao amparo da Resolução do Banco Central nº 2827, de 30.03.2001, e respectivas

ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

No exercício de 2003, não foram realizadas Assembléias de Debenturistas.

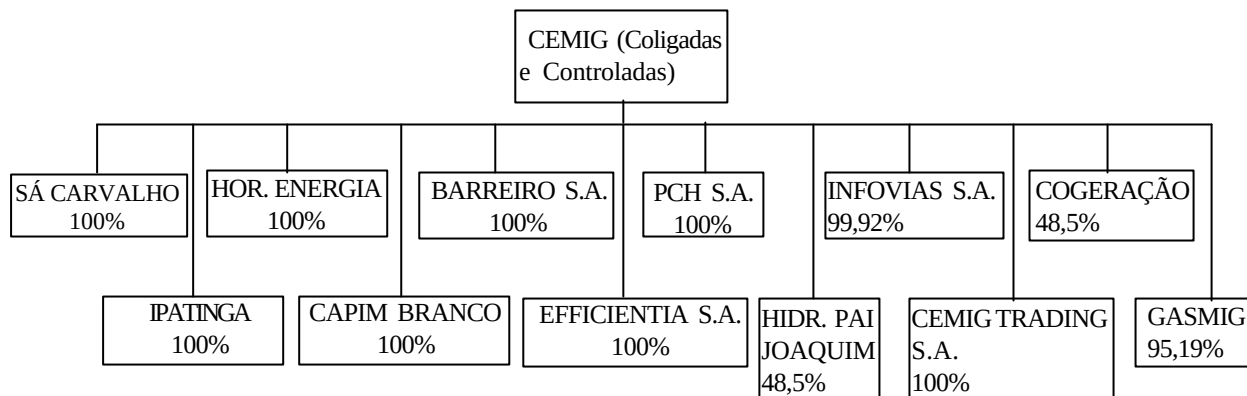
alterações, especialmente a introduzida pela Resolução nº 2970, de 27.06.2002, no valor aproximado de R\$300 milhões, a ser utilizada para complementar os recursos a serem captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, para a liquidação da segunda parcela das obrigações da CEMIG no Mercado Atacadista de Energia Elétrica-MAE e para promover ajuste de liquidez de curto prazo no Caixa da Empresa. A operação pactuada deverá ser submetida à aprovação final do Conselho. (iii) autorizar a celebração de Termo Aditivo ao Contrato CT-4570005204 entre a CEMIG e a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, objetivando a realização dos serviços de Revisão Especial das Informações Trimestrais da CEMIG, a serem elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e Revisão das Informações Trimestrais da CEMIG, a serem elaboradas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas nos Estados Unidos, referentes aos trimestres findos em 31.03 e 30.06.2003, bem como a prorrogação do prazo de vigência por mais 6 (seis) meses, ao preço total de R\$183.398,00 (cento e oitenta e três mil, trezentos e noventa e oito reais), passando seu valor de R\$2.963.360,00 (dois milhões, novecentos e sessenta e três mil, trezentos e sessenta reais) para R\$ 3.146.758,00 (três milhões, cento e quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta e oito reais); (iv) ratificou a celebração de Acordo de Cooperação entre a Companhia de Gás de Minas Gerais-GASMIG, Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG e Petróleo Brasileiro S.A.-PETROBRÁS, com a interveniência do Estado de Minas Gerais, para viabilização do desenvolvimento do mercado de gás natural em todo o Estado de Minas

(Continua na página 6)

FATOS SOCIETÁRIOS RELEVANTES (Cont.)

Gerais. O Diretor de Finanças, Participações e Relações com Investidores, Flávio Decat de Moura, prestou esclarecimentos sobre a matéria, tendo ressaltado que o acordo visa viabilizar o acesso para que outras regiões do Estado de Minas Gerais sejam atendidas pelo novo gasoduto São Carlos-Belo Horizonte, com a contrapartida da possibilidade da participação da PETROBRAS no capital da GASMIG.■

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO



OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

Tendo em vista o disposto na alínea “j” do subitem 8.1.1, do item 8 da Cláusula VIII da Escritura de Emissão, a Emissora nos informou, abaixo, o montante das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias em 31 de dezembro de 2003:

Montantes das Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Previdenciárias

Tributos e Contribuições Sociais	295.523
Salários e Contribuições Sociais	198.004
Total	493,527

Montante dos Bens Gravados com Garantia Real

Descrição dos Bens Penhorados	Valor da Execução	Processo	Autor	Ação
Lote Bairro Sion – Memo. JR-0899/2003	R\$5.995,00	00496/97	Adão Minighin	Reclamatória Trabalhista
Anel Rodoviário – Memo. JR-0899/2003	R\$46.165,00	00496/97	Adão Minighin	Reclamatória Trabalhista
Anel Rodoviário – Memo. JR-1634/2003 – CR/CB-00364/03	R\$33.983,00	009232002050300-1	Antônio dos Santos e Outros	Reclamatória Trabalhista
Av. Barbacena, 1219	R\$171.820,15	342/00	Erivetto Beliente de Souza	Execução
Anel Rodoviário – Memo. JR-1265/2003 – CR/CB-00285/03	R\$12.334,00	90180520030200300-0	Gilvan de Castro Maynter	Reclamatória Trabalhista
Av. Barbacena, 1.219 – Lotes 09/10, Q. 09-Memo. JR. – 1272/2003	R\$197.025,24	0038520020080300-0	Maria Elissandra de Oliveira Bruno	Reclamatória Trabalhista
Anel Rodoviário – Km 262 – Bairro Camargos – Memo. JR – 0978/2003	R\$6.343,21	002403028864-1	Município de Belém	Execução Fiscal
Anel Rodoviário – Km 262 – Bairro Camargos – Memo. JR-0974/2003	R\$2.506,56	002403028863-3	Município de Belém	Execução Fiscal

(Continua na página 07)

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA (Cont.)

Descrição dos Bens Penhorados	Valor da Execução	Processo	Autor	Ação
Av. Silva Lobo nº 280	R\$190.213,50	0240302404-4	Município de Belém	Execução Fiscal
Anel Rodoviário – Memo. JR-1197/2003	R\$10.963,00	0027002012087-2	Município de Belém	Execução Fiscal
Av. Silva Lobo nº 280	R\$124.440,27	67202078059-5	Município de Sete Lagoas	Execução Fiscal
Av. Silva Lobo, nº 280 – Calafate	R\$1.870.295,58	20013800011255-7	Município Brasópolis e Outros	Execução Fiscal – ISS
Rua Itambé, 114 – Floresta	R\$409.393,95	19983800030153-4	Município de Bom Repouso e Outros	Execução
Av. Silva Lobo nº 280	R\$1.870.295,53	20013800011255-7	Município de Brasópolis e Outros	Execução Fiscal
Av. Barbacena nº 1219	R\$230.000,00	20023800007229-5	Município de Ponte Nova e Outros	Execução Fiscal
Rua Agenário Araújo, s/nº - V. Virgínia	R\$399.072,08	20023800007229-5	Município de Ponte Nova e Outros	Execução Fiscal – ISS
Rua Itambé, 114 – Floresta	R\$1.717.494,03	19983800014351-2	Município de S.J. do Goiabal e Outros	Execução
Anel Rodoviário – Memo JR. – 1999/2003	R\$47.291,60	20013801002917-0	Caixa Econômica Federal	Execução Fiscal
Rua Campos Melo, 68 - Calafate - Memo. JR-1029/2003 - CR/CB - 00238/03	R\$75.917,00	1718/1996	Joaquim Matias dos Reis	Reclamatória Trabalhista
Rua Campos Melo, 78 - Calafate - Memo. JR - 1029/2003	R\$89.603,00	1718/1996	Joaquim Matias dos Reis	Reclamatória Trabalhista
Rua Osório de Almeida, 58 - Juiz de Fora	R\$695.000,00	1800/1997	José Alfredo de Oliveira	Execução
Av. Barbacena, nº 1219	R\$1.428.000,00	1938/1998	José Alfredo de Oliveira + 1	Execução
Lote 03, Quarteirão 18 - R. Menotti Mucelli, s/nº Gualijá - BH	R\$24.858,00	01149/99	Márcio José da Silva	Execução
Lote 08, Quarteirão 20 - Anel Rodoviário Camargos - BH	R\$12.334,00	01149/99	Márcio José da Silva	Execução
Lote 15, Quarteirão 20 - Camargos - BH	R\$10.963,00	01149/99	Márcio José da Silva	Execução
Lote 17, Quarteirão 20 - Anel Rodoviário Camargos - BH	R\$11.991,00	01149/99	Márcio José da Silva	Execução
Lote 18, Quarteirão 20 - Anel Rodoviário Camargos - BH	R\$12.334,00	01149/99	Márcio José da Silva	Execução
Lote 19, Quarteirão 20 - Anel Rodoviário Camargos - BH	R\$13.567,00	01149/99	Márcio José da Silva	Execução
Lote 20, Quarteirão 20 - Anel Rodoviário Camargos - BH	R\$13.567,00	01149/99	Márcio José da Silva	Execução
Lote 21, Quarteirão 20 - Anel Rodoviário Camargos - BH	R\$13.567,00	01149/99	Márcio José da Silva	Execução

(Continua na página 8)

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA (Cont.)

Descrição dos Bens Penhorados	Valor da Execução	Processo	Autor	Ação
Lote 24, Quarteirão 20 - Anel Rodoviário Camargos - BH	R\$13.567,00	01149/99	Márcio José da Silva	Execução
Lote 25, Quarteirão 20 - Anel Rodoviário Camargos - BH	R\$13.567,00	01149/99	Márcio José da Silva	Execução
Lote 26, Quarteirão 20 - Anel Rodoviário Camargos - BH	R\$13.567,00	01149/99	Márcio José da Silva	Execução
Lote 27, Quarteirão 20 - Anel Rodoviário Camargos - BH	R\$13.567,00	01149/99	Márcio José da Silva	Execução
Lote 15, Quarteirão 20 - Anel Rodoviário Camargos - BH	R\$10.963,00	1431/2000	Nercessian Lopes Vieira	Reclamatória Trabalhista
Lote 17, Rua Campos Melo, 68 - Calafate - BH	R\$75.917,00	1431/2000	Nercessian Lopes Vieira	Reclamatória Trabalhista
Lote 18, Rua Campos Melo, 78 - Calafate - BH	R\$89.603,00	1431/2000	Nercessian Lopes Vieira	Reclamatória Trabalhista
Rua Menotti Murcelli - Anel Rodoviário - BH - Memo. JR -01028/2003 - CR/CB-00239/03	R\$32.270,00	0085620020670300-7	Raimundo Nonato Melo	Reclamatória Trabalhista
Av. Barbacena, nº 1219 Sto. Agostinho - BH	R\$1.428.000,00	60/1989	Rosário Ângelo Baldi	Reclamatória Trabalhista
Lotes 03 e 04, Quarteirão 18 - R. Menotti Mucelli, s/nº	R\$46.165,00	1354/2001	Wilson Carvalho Moreira	Reclamatória Trabalhista
Lotes 17/21 e 24/27, Quarteirão 20 - AR-BH	R\$119.294,00	1354/2001	Wilson Carvalho Moreira	Reclamatória Trabalhista
Lote 15, Q20 B. Camargos - Anel Rodoviário - Memo. Jr - 1442/2003 - CR/CB - 00327/03	R\$35.821,00	01331/01	José Ribeiro dos Santos	Reclamatória Trabalhista
Rua Menotti M. Campos, Lote 11 - Memo Jr.- 1442/2003 - CR/CB - 00327/03	R\$35.522,00	00847/01	José Soares da Silva	Reclamatória Trabalhista
Lote 08, Quarteirão 09 - Rua Gonçalves Dias/ Mato Grosso - BH	R\$230.184,31	1958/98	Mauro Braz Corrêa	Reclamatória Trabalhista
Av. Barbacena, nº 1219 - Memo. Jr - 1533/2003 - CR/CB-00362/03	R\$184.570,00	00059/00	Sebastião José Pereira	Reclamatória Trabalhista
Anel Rodoviário - Memo JR - 1545/2003	R\$12.334,00	43303093380-1	Fazenda Pública do Mun. de Montes Claros	Execução Fiscal
Av. Barbacena, nº 1219	R\$447.174,00	43302047848-6	Florisvaldo Barbosa de Sousa	Execução
Lote s/nº - Rua Menotti Mucelli - AR - BH	R\$8.000,00	002403022640-0	Lúcio Narciso Soares	Executória
Almoxarifado Jatobá - Memo. JR-0853/2003	R\$2.064.987,00	002403022771-4	El Paso Rio Grande Ltda.	Execução Fiscal - ITCD
Av. Barbacena, 1219	R\$1.785.099,00	02401016890-4	Fazenda Estadual	Execução Fiscal - ITCD

(Continua na página 9)

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA (Cont.)

Descrição dos Bens Penhorados	Valor da Execução	Processo	Autor	Ação
Av. Do Canal - João Paulo II	R\$1.862.220,00	02401016890-4	Fazenda Estadual	Execução Fiscal - ITCD
Rua Itambé, 114 - Floresta	R\$5.000.000,00	02401016890-4	Fazenda Estadual	Execução Fiscal - ITCD
Rua Poço Branco, 21 - São Gabriel	R\$971.606,00	02401016890-4	Fazenda Estadual	Execução Fiscal - ITCD
Av. Do Canal - Barreiro de Baixo	R\$462.913,00	02497007924-0	Fazenda Municipal	Execução Fiscal - ISS
Av. Silva Lobo, 280 - Calafate	R\$318.118,00	02497007924-0	Fazenda Municipal	Execução Fiscal - ISS
Rua Agenério Araújo, 174 - V. Virgínia	R\$303.172,00	02497007924-0	Fazenda Municipal	Execução Fiscal - ISS
Rua Itambé, 114 - Floresta	R\$1.890.617,00	02497007924-0	Fazenda Municipal	Execução Fiscal - ISS
Rua Poço Branco, 21 - São Gabriel	R\$971.606,00	02497007924-0	Fazenda Municipal	Execução
Av. Silva Lobo, 280	R\$318.118,00	02497007924-0	Fazenda Municipal	Execução Fiscal - ISS
Av. Barbacena, 1219	R\$1.785.099,00	02497007924-0	Fazenda Municipal	Execução Fiscal - ISS
Av. Barbacena, 1219	R\$1.785.099,00	02401016890-4	Fazenda Pública do Estado de MG	Execução Fiscal - ITDC
Rua Itambé, 114 - Floresta	R\$5.000.000,00	02400012320-8	Fazenda Pública do Estado de MG	Execução Fiscal - ITDC
Av. Barbacena, 1219	R\$1.785.099,00	02497007924-0	Município de Belo Horizonte	Execução Fiscal - ISS
Av. Silva Lobo, 280	R\$993.148,64	20013800009612-6	União Federal	Execução - Finsocial
Anel Rodoviário - Memo. JR.- 1636/2003	R\$67.260,00	002403102801-2	Eunice Mercês de Souza	Indenização
Anel Rodoviário - Memo. 1716/2003	R\$95.968,75	68600001179-7	Maria das Graças Francisca da Silva	Indenização
Linha de Transmissão - Memo. JR.- 1716/2003	R\$5.955,00	68600001179-7	Maria das Graças Francisca da Silva	Indenização
Av. Barbacena, 1219	R\$300.000,00	646/2000	Ministério Público de Minas Gerais	
Av. Barbacena, 1219	R\$157.884,20	28/901185/2002	Odilon de Oliveira Gross	Execução
Anel Rodoviário	R\$86.550,00	00741/01	Saimonton Flávio Silva	Reclamatória Trabalhista
Rua Itambé, 114 - Floresta	R\$880.145,04	002402728171-6	Aylton Baccarini/ Destilaria	Repetição de Indébito
Rua Itambé, 114 - Floresta	R\$615.293,34	19993800037466-0	BMB - Belgo Mineira Bekaert	Execução Provisória
Rua Campo Belo, 78 - Casa Residencial	R\$84.815,59	02495024184-4	Companhia Siderúrgica Pitangui	Execução Fiscal

(Continua na página 10)

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA (Cont.)

Descrição dos Bens Penhorados	Valor da Execução	Processo	Autor	Ação
Lotes Anel Rodoviário - Memo JR-1290/2003	R\$363.592,54	1002497085542-5	Companhia Têxtil São Joanense	Execução de Sentença
Lotes Anel Rodoviário - Memo JR-1814/2003	R\$38.547,47	014403001925-7	Coop. Agrop. Carmo do Rio Claro	Repetição de Indébito
Rua Itambé, 114 - Floresta	R\$6.128.155,83	02496034272-3	Destilaria Santa Maria	Repetição de Indébito
Lotes Anel Rodoviário - Memo JR-124/2003	R\$53.537,19	002495107383-2	Insivi - Indústria Siderúrgica Viana Ltda.	Execução de Sentença
Rua Itambé, 114 - Floresta	R\$361.026,77	02495080291-8	Mangels Ind.e Com. Ltda.	Repetição de Indébito
Lote s/nº - Anel Rodoviário - BR 262 - BH Memo. JR.	R\$12.334,00	14596018536-4	Serraria Mineira Ltda.	Execução de Sentença
Av. Silva Lobo, 280	R\$135.353,56	034202031548-3	Fazenda Pública do Município de Ituiutaba	Execução Fiscal
Rua Dolomita O Camargos - Memos-JR-548/04 - CR-045/04	R\$183.867,00	02400074297-3	Fermix S/A	Indenização
Av. Silva Lobo, 280	R\$110.926,23	07900011209-8	Município de Contagem	Execução Fiscal
Rua Haley - Santa Lúcia	R\$30.000,00	15858	Dalva Campos Santana	Execução
Lote Bairro Sion Meno. JR.-0867/2003	R\$91.588,00	0024996003210-0	Frederico Avelar Cereda	Indenização
Loteamento - Av. Barbacena c/ Alvarenga Peixoto	R\$1.427.989,00	02498108436-1	Marilena Maura dos Santos	Execução
Escritório Calafate - Memo JR-0837/2003	R\$165.520,00	02403008902-3	Sebastião Simões de Oliveira	Execução de Sentença
Anel Rodoviário - Memo JR-0837/2003	R\$49.388,00	02403008902-3	Sebastião Simões de Oliveira	Execução de Sentença
Anel Rodoviário (10 Lotes) - Memo JR-0626/2003	R\$131.628,00	002401029320-7	SET Serviços Elétricos Triângulo Ltda e Outros	Execução
Anel Rodoviário (07 Lotes) - Memo JR-02/04	R\$78.000,00	002499158390-7	Thelma Rodrigues de Quevedo	Precatória Cível

Montante das Duplicatas Descontadas e Títulos Caucionados

Informamos que a Emissora não possui duplicatas descontadas nem títulos caucionados. ■

PRINCIPAIS ASPECTOS DO EXERCÍCIO DE 2003

O ano de 2003 foi marcado por uma série de eventos de impacto no ambiente institucional do setor elétrico brasileiro. A divulgação do novo modelo do setor, o lançamento pelo Governo Federal do Programa “Luz Para Todos” e a revisão tarifária das distribuidoras de energia elétrica são alguns dos destaques.

Deve ainda ser ressaltado que 2003 foi o primeiro ano após a extinção do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, a partir do qual a população brasileira afetada pelas medidas de racionamento adquiriu novos hábitos de consumo. Esse fator, aliado ao baixo crescimento

da economia brasileira, não permitiu um crescimento expressivo na venda de energia.

Apesar das dificuldades do cenário externo, não podemos deixar de ressaltar os resultados alcançados pela CEMIG em 2003, que representaram expressiva criação de valor para os seus acionistas.

As ações da CEMIG PN e ON, negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo, Nova Iorque e de Madri apresentaram valorização de 105,81% e 65,00%, respectivamente, em 2003, índices muito superiores às taxas de inflação verificadas no período.

Da mesma forma, a valorização do Real em relação do dólar americano, aliada ao melhor desempenho operacional da Companhia, produto dos esforços da Administração e todo o corpo de empregados na modernização e implementação de melhorias dos processos, permitiu que o lucro da CEMIG fosse o maior, em termos nominais, da sua história, superior a 1 bilhão de reais.

Como prova do melhor desempenho operacional, o EBITDA (lucro antes dos impostos, resultado financeiro e depreciação e amortização)

(Continua na página 11)

PRINCIPAIS ASPECTOS DO EXERCÍCIO DE 2003 (Cont.)

consolidado foi de R\$1.796 milhões em 2003 comparado a R\$1.076 milhões em 2002, um aumento de 66,91%. A margem do EBITDA cresceu de 21,02% em 2002 para 31,95% em 2003.

No que se refere ações do Governo Federal, deve ser mencionada novamente a nova proposta para o setor elétrico brasileiro, que traz mudanças significativas no ambiente de compra e venda de energia e na avaliação dos investimentos futuros.

O programa “Luz para todos”, de universalização do acesso e uso da energia elétrica, lançado pelo Governo Federal, tem como meta a eletrificação de 100% do País até 2008 e exigirá consideráveis investimentos no setor de distribuição. No caso da CEMIG, serão R\$378 milhões investidos na ligação de 145 mil novos consumidores rurais na sua área de concessão até 2006.

Os investimentos da CEMIG no setor de geração expressam a confiança da Companhia no futuro do País e a sua contribuição para o desenvolvimento de um parque energético que viabilize o crescimento sustentável brasileiro. São seis novas usinas em construção simultaneamente, com investimentos superiores a R\$ 2,5 bilhões e que agregarão, depois de concluídas, quase 1.300 MW de potência ao sistema elétrico brasileiro.

O ano de 2004 apresenta grandes desafios corporativos para a CEMIG, não somente a entrada em vigor do novo marco regulatório, mas principalmente, o processo de desverticalização das suas atividades de distribuição, geração e transmissão, previsto para ser concluído até dezembro de 2004.

Finalmente, deve ser ressaltado o esforço da Corporação na busca contínua de agregação de valor aos seus acionistas, na visão de ser a melhor empresa de energia do País, atuando com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

AMBIENTE EXTERNO

Cenário econômico

A economia brasileira conseguiu inverter, em 2003, a trajetória de deterioração e perda de confiança que prevaleceu em 2002. O Governo Federal buscou combater a crise de confiança através da adoção de uma política macroeconômica baseada em juros elevados para conter a inflação e na realização de um forte ajuste fiscal.

O Risco Brasil, divulgado pelo JP Morgan, que no início do ano estava em 1.379 pontos, fechou o ano em 468 pontos, uma queda de 66%, provocada pela recuperação da confiança externa em nossa economia. Entretanto, o Risco Brasil continua sendo o 3º mais alto do mundo, inferior apenas ao risco País da Argentina e Nigéria. O dólar acompanhou este movimento caindo de R\$3,53 ao término de 2002 para R\$2,89 em 31 de dezembro de 2003; a queda só não foi maior devido às compras de divisas e ao resgate de títulos cambiais realizados pelo Governo com o objetivo de evitar uma valorização excessiva do Real.

A inflação reduziu-se e o IGP-M, que acumulara uma alta de 25,31% em 2002, subiu 8,71% em 2003 e espera-se uma elevação ainda mais modesta em 2004. A queda da inflação permitiu ao Governo diminuir a taxa de juros (SELIC) de 25% a.a., em janeiro, para 16,5% a.a. em dezembro de 2003.

Através da estabilização da relação dívida/PIB, em torno de 57% do PIB, buscou-se recuperar a confiança na capacidade do Governo Federal de honrar seus compromissos financeiros de longo prazo, equacionando a principal causa da crise de confiança de 2002.

Ambiente institucional

Os últimos três anos têm sido críticos para o setor elétrico nacional. Primeiro, o racionamento de energia; em seguida, vieram as sobras de energia, juntamente com a crise financeira das distribuidoras, ampliada pelo adiamento de parte dos recursos da

CVA, previstos para serem recebidos junto com os futuros reajustes ou revisões tarifárias.

Também em 2003, o Governo Federal voltou a discutir a autonomia e o papel das agências reguladoras, devendo ser ressaltados os projetos enviados ao Congresso Nacional sobre a função dessas agências e a redefinição de seus poderes junto ao Ministério de Minas e Energia. Todas essas questões ainda encontram-se pendentes e continuarão sendo avaliadas durante o próximo ano.

Pelo lado positivo, destacaram-se as revisões tarifárias para as distribuidoras, que apesar de não terem trazido o alívio completo, mostraram um início de recuperação para os resultados econômicos e para o fluxo de caixa. O BNDES sinalizou com uma ampliação de créditos para o setor, ainda não concretizados em função de exigências mais complexas e dos limites para empréstimos às empresas estatais.

Permanece a falta de consenso entre os agentes e a ANEEL quanto à metodologia da revisão tarifária e de definição do Fator X. O Fator X representa os ganhos de eficiência obtidos pelas distribuidoras e que deverão ser compartilhados com os consumidores, aplicado como um redutor nos reajustes anuais. A despeito do intenso debate promovido pela ANEEL, via audiências públicas e outros eventos, não foram adequadamente resolvidas as grandes divergências entre os investidores e o regulador quanto a importantes parâmetros que afetam profundamente o equilíbrio das empresas, como, por exemplo, a base de remuneração (valor dos ativos da Distribuição, vinculados à concessão, que devem ser remunerados).

É importante citar que as reavaliações de ativos iniciadas em 2003, ainda não foram completadas e homologadas pela ANEEL. Os novos valores da base de ativos poderão afetar

(Continua na página 12)

PRINCIPAIS ASPECTOS DO EXERCÍCIO DE 2003 (Cont.)

significativamente a estrutura patrimonial e os reajustes tarifários das distribuidoras, pois servirão de base para remuneração.

Na questão tributária, existe a possibilidade de criação de novos encargos, em decorrência do novo modelo que institui novas entidades federais, como a Empresa de Pesquisa Energética - EPE e o Administrador dos Contratos de Energia Elétrica - ACEE. Deve ainda ser mencionado o aumento da alíquota da COFINS, de 3% para 7,6%, com impacto previsto na tarifa de energia em 2004. Caso o repasse da COFINS não seja repassado às tarifas em 2004, as empresas do setor elétrico terão impacto relevante em seu caixa.

A política tarifária teve sua alteração gradual iniciada pelo Governo Federal, que aplicou reajustes diferenciados para os grandes e

pequenos consumos. Com essa providência, começou a ser reduzido o elevado nível de subsídios cruzados existentes nas tarifas de energia.

Ainda em termos tarifários, merece destaque a continuidade da política de separação dos custos de compra de energia dos custos de transporte. A ANEEL, durante todo o ano de 2003, editou resoluções separando os valores destes custos, o que irá possibilitar, em breve, a segregação dos contratos.

As entidades de classe das empresas do setor continuam atuando e sendo fortalecidas. Essa atuação conjunta das empresas tem possibilitado seguidos avanços na defesa do equilíbrio financeiro dos contratos de concessão de energia.

Os grandes desafios do setor elétrico brasileiro continuarão no futuro

próximo, entre eles a regulamentação do novo modelo do setor elétrico e a redução da percepção do risco de se investir em energia no País.

INVESTIMENTOS

Adicionalmente às atividades de concessionária do serviço público, atuando na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em quase todo o Estado de Minas Gerais, a CEMIG vem desenvolvendo várias outras atividades sinérgicas ao seu negócio principal, levando a sua marca a setores diversos como telecomunicações, serviços de eficiência energética e outros, representando maior geração de empregos, aumento na rentabilidade da Companhia e fortalecimento de sua posição no mercado.

Participação da CEMIG em empresas e consórcios:

Geração Hidrelétrica	Participação CEMIG	
	%	R\$ milhões
Sá Carvalho S.A.	100	103
Horizontes Energia S.A.	100	64
Cemig PCH S.A.	100	40
Cemig Capim Branco Energia S.A.	100	17
Consórcio da UHE de Funil	49	172
Consórcio da UHE de Aimorés	49	315
Consórcio da UHE Igarapava	14,5	56
Consórcio da UHE de Porto Estrela	33,3	39
Consórcio da UHE de queimado	82,5	191
Geração Termelétrica		
UTE Barreiro S.A.	100	5
UTE Ipatinga S.A.	100	68
Distribuição de Gás		
GASMIG	95,2	91
Telecomunicações		
Empresa de Infovias S.A.	99,9	243
Eficiência Energética		
Efficientia S.A.	100	2

(Continua na página 13)

PRINCIPAIS ASPECTOS DO EXERCÍCIO DE 2003 (Cont.)

A Cemig Capim Branco é parceira do consórcio para construção das usinas de capim branco I e II, onde participa com 21,05% no empreendimento.

A participação da CEMIG nos consórcios de energia elétrica, demonstrada na tabela anterior, indica sua parcela na energia gerada dos empreendimentos.

Como forma de assegurar a agregação de valor aos investimentos dos acionistas, foi organizado, no final dos anos 90, o Comitê de Priorização de Obras, que vem atuando na análise dos projetos de expansão constantes do plano quinquenal de negócios, recomendando à Diretoria Executiva a execução desses projetos e garantindo que o retorno mínimo exigido pelo Conselho de

Administração seja atendido.

No exercício de 2003, o Grupo CEMIG realizou investimentos no montante de R\$904 milhões, líquidos das contribuições dos consumidores, sendo R\$502 milhões para expandir o seu sistema de geração, R\$90 milhões no seu parque de transmissão, R\$237 milhões para expandir o seu sistema de distribuição e R\$75 milhões nos seus negócios de gás, telecomunicações, eficiência energética e outros.

A seguir, encontra-se uma breve descrição dos principais investimentos da CEMIG durante o exercício de 2003:

Geração

O Grupo CEMIG possui 48 usinas,

sendo 44 hidrelétricas, 3 térmicas e 1 eólica, com uma capacidade instalada de 5.771 MW. Além das obras em andamento das usinas hidrelétricas de Queimado, Aimorés, Irapé, Pai Joaquim e termelétrica Barreiro, teve início, em setembro de 2003, a implantação do Complexo Energético Capim Branco, com as obras da Usina Hidrelétrica de Capim Branco I. Em março de 2004, começaram as obras de Capim Branco II.

Em 2003, entraram em operação comercial as unidades 2 e 3 da Usina de Funil, implantada em parceria com a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, com custo total de R\$172 milhões. A usina termelétrica Barreiro iniciou suas operações comerciais em fevereiro de 2004.

Empreendimentos em construção	Potência	Participação CEMIG	Início previsto da operação	Valor Orçado R\$ Milhões
Usina de Irapé	360 MW	100,00%	Ago/05	1.095
Usinas de Capim Branco I e II	450 MW	21,05%	Dez/06	788
Usina de Aimorés	330 MW	49,00%	Out/04	439
Usina de Queimado	105 MW	52,50%	Abr/04	198
Usina de Pai Joaquim	23 MW	48,50%	Mar/04	55
Usina Termelétrica de Barreiro	12,9 MW	100,00%	Fev/04	6

Para manter e incrementar a qualidade das instalações em operação foram realizadas, em 2003, atividades de melhoria e modernização das usinas de Jaguara, Três Marias e Sá Carvalho, propiciando mais confiabilidade e segurança no fornecimento de energia.

Transmissão

A malha de transmissão da CEMIG, por onde é transportada a energia produzida em suas usinas, bem como a energia comprada de Itaipu e de outros participantes do sistema elétrico nacional, totalizou 4.853 km em 31 de dezembro de 2003.

Principais projetos de transmissão em 2003:

Subestação Vespasiano 2 – 500kV

Entrou em operação, no ano de 2003, com capacidade de 600 MVA, e

investimento aproximado de R\$67 milhões. Instalada na região metropolitana de Belo Horizonte, esta subestação melhora as condições de atendimento de cerca de 700.000 consumidores de Belo Horizonte e vários outros municípios da região central de Minas Gerais.

Subestação de Bom Despacho 3 – 500kV

As obras de implantação, com custo estimado de R\$86 milhões, foram iniciadas em 2003, na região Oeste de Minas Gerais, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2004. Essa obra contribuirá para a melhoria dos níveis de tensão e qualidade da energia da Região Sudeste do Brasil e beneficiará diretamente aos consumidores mineiros das regiões Central, Vale do Aço e Zona da Mata.

Linha de Transmissão Montes Claros 2 – Irapé, de 345 kV

A CEMIG, em parceria com as empresas Furnas, Alusa e Orteng, venceu, em setembro de 2003, o leilão realizado pela ANEEL, relativo à concessão para construção, operação e manutenção dessa Linha de Transmissão com 150 km de extensão, responsável pela conexão da Usina Hidrelétrica de Irapé ao sistema interligado nacional. O investimento previsto por parte da CEMIG é de R\$ 7,2 milhões, devendo a linha entrar em operação no segundo semestre de 2005.

Outros Projetos

Participação nas atividades do Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos -

(Continua na página 14)

PRINCIPAIS ASPECTOS DO EXERCÍCIO DE 2003 (Cont.)

Participação nas atividades do Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos - CCPE voltadas à definição dos reforços de transmissão para a Região Sudeste do País, associadas à duplicação do eixo Norte-Sul, que representarão um acréscimo de mais de 1.000 km de novas linhas de transmissão na área de Minas Gerais, com previsão de implantação no período 2007-2008.

Distribuição

Foram acrescidos 28.745 km de novas redes ao sistema de distribuição (média e baixa tensão), que corresponde a 82.867 km de redes urbanas e 276.437 km de redes rurais, no total de 359.304 km.

Programa “Luz para Todos” – Universalização do acesso e uso da energia elétrica

Em novembro de 2003, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, denominado “Luz para Todos”, que visa completar 100% da eletrificação no país até 2008, sem ônus para o consumidor. Esse programa, de grande alcance social, tem por meta levar eletricidade em aproximadamente 2,5 milhões de domicílios não atendidos pelo serviço, que correspondem a mais de 12 milhões de brasileiros, sendo que 90% destes domicílios possuem renda familiar inferior a três salários mínimos e cerca de 80% estão localizados em áreas rurais.

Em Minas Gerais a universalização do uso da energia elétrica, por constituir programa prioritário do Governo do Estado e da CEMIG, teve sua previsão de conclusão antecipada para 2006, ligando 145 mil domicílios rurais na sua área de concessão. O custo total do projeto na área de concessão da CEMIG é de aproximadamente R\$378 milhões, com recursos do Governo do Estado, Governo Federal e prefeituras.

Outros projetos

Foram desenvolvidas análises

técnicas dos reforços de subtransmissão para a região Noroeste do Estado, totalizando investimentos aproximados de R\$50 milhões, voltados para atendimento ao mercado potencial de irrigação da região. Foram definidos também diversos outros reforços para diferentes regiões do Estado, destacando o Vale do Jequitinhonha, as regiões de Monte Sião e Betim, Sabará/Caeté e as regiões de Central de Minas/Mantena e Engenheiro Caldas.

Em 2003 foram implementados vários planos de reestruturação e desenvolvimento do sistema de distribuição de energia, com investimentos de aproximados de R\$138,6 milhões, contemplando o planejamento de construção de várias subestações e respectivas obras associadas no sistema de média tensão em diversas regiões do estado de Minas Gerais.

Gás Natural

A Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG, empresa subsidiária da CEMIG e responsável pela distribuição de gás natural canalizado em Minas Gerais, ampliou significativamente sua rede em 2003 através da implantação de ramais de atendimento a clientes do segmento industrial, comercial e automotivo.

Ao final de 2003, a GASMIG alcançou o volume de 465 milhões de metros cúbicos de gás, o que representou um crescimento de 12% nas vendas. A rede teve acréscimo de 14% em sua extensão, totalizando 225 km de gasodutos.

Continuando seu processo de expansão, a GASMIG inaugurou dois trechos de rede de distribuição em Juiz de Fora, com investimentos da ordem de R\$2 milhões, acrescentando 381 mil metros cúbicos por mês no consumo de gás natural do município. A partir desses novos empreendimentos, a GASMIG passou a atender mais dez clientes, totalizando 41 estabelecimentos consumidores em Juiz de Fora e

Barbacena. Atualmente, a rede dessa região possui 51,5 km de extensão e é responsável por cerca de 25% do consumo industrial, comercial e veicular do combustível no Estado.

Encontra-se também em andamento o projeto do Sistema de Distribuição Norte II, que estenderá a atual rede de gasodutos existente na Região Metropolitana de Belo Horizonte até Sete Lagoas. O projeto, com investimento previsto de R\$30 milhões, terá cerca de 80 km de extensão e representará um volume de vendas de gás de aproximadamente 250 mil metros cúbicos por dia.

Acordo de cooperação com a Petrobrás

Em maio de 2003, a CEMIG, a GASMIG, a Petrobrás e o Governo do Estado de Minas Gerais assinaram um Acordo de Cooperação visando a viabilização do desenvolvimento do mercado de gás natural no Estado de Minas Gerais.

Os estudos prevêm, principalmente, a construção, pela Gaspetro, subsidiária da Petrobrás, de novos gasodutos de transporte de gás natural para Minas Gerais, a expansão da rede de distribuição de gás pela Gasmig e a participação da Gaspetro no capital da GASMIG.

As negociações têm a sua conclusão prevista para meados de 2004, após todas as aprovações legais.

Telecomunicações

Se o ano de 2002 foi considerado como o ano do crescimento expressivo da Infovias, posicionando-a como um importante e respeitado “player” no mercado de telecomunicações, então o ano de 2003, apesar de ser reconhecido pelo mercado como um dos piores para o setor de telecomunicações no País, pode ser considerado o ano de sua consolidação neste mercado extremamente competitivo e dinâmico.

(Continua na página 15)

PRINCIPAIS ASPECTOS DO EXERCÍCIO DE 2003 (Cont.)

A Infovias vivenciou um aumento superior a 100% em seu faturamento anual bruto, com investimentos de R\$24 milhões em sua rede. Além disso, o volume acumulado de circuitos de telecomunicações comercializados nas suas Redes de Acesso e de Multi-serviços aumentou em torno de 60% em 2003. Este incremento significativo nas vendas é atribuído à consolidação de suas parcerias com seus maiores clientes.

No segmento de TV a cabo e internet banda larga, a controlada Way TV Belo Horizonte S.A., foi pelo segundo ano consecutivo a empresa que apresentou o maior crescimento do setor. Desta forma, o crescimento do faturamento da Infovias com o transporte destes serviços foi de 77%, atingindo a meta estabelecida no início do ano. É importante destacar também que o serviço de internet banda larga atingiu a base de 10.719 assinantes, refletindo um crescimento de 96% em relação ao ano de 2002. Ressalta-se que o mercado de internet banda larga no Brasil no ano teve o crescimento estimado de 57%.

O ano de 2004, ao que tudo indica, apresentará um cenário bem mais favorável que 2003. A Infovias projeta um desempenho bastante otimista, sustentado pela retomada do crescimento da economia nacional e pela volta dos investimentos no setor de telecomunicações. Adicionalmente, existem as oportunidades de exploração da rede de multiserviços para a venda de serviços de internet de banda larga e aluguel para o mercado de telefonia local e longa distância, considerando o acirramento da concorrência no Estado de Minas Gerais, com a entrada de novos *players*.

Eficiência Energética

A CEMIG ganhou, pela 4ª vez, o Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, também conhecido como Prêmio Procel de Combate ao Desperdício de Energia, concedido pelo Ministério de Minas e Energia. A CEMIG participou com 22 projetos de eficiência energética,

que demandaram investimentos de mais de R\$ 14 milhões. A redução de demanda no horário de ponta alcançou a marca de 11,7 MW. A economia de energia foi de 27.797 MWh por ano.

Entre os projetos, destaca-se o de Iluminação Pública, com investimento aproximado de R\$9 milhões, que inclui a substituição de lâmpadas vapor de mercúrio por vapor de sódio e troca de alguns equipamentos por outros mais modernos. Este projeto beneficiará 100 municípios com uma redução aproximada de 28% em suas contas de energia.

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Qualidade no fornecimento

Como resultado dos esforços que estão sendo desenvolvidos pela Companhia na melhoria da qualidade dos seus serviços, ocorreu uma expressiva melhora, em 2003, dos seus indicadores de qualidade no atendimento aos seus consumidores.

Política de atendimento

Desde o ano de 2002 a CEMIG vem implementado melhorias na sua política de atendimento. Dentre as ações, destacamos:

s Reestruturação e modernização das 39 Agências de Atendimento para adequá-las à nova filosofia de relacionamento. Um exemplo disso é a área de auto-atendimento que foi ampliada, com a instalação de linhas telefônicas com acesso direto à Central de Atendimento “Fale com a Cemig”.

s Instalação de 83 máquinas de auto-atendimento nas Agências de Atendimento e 21 máquinas em locais externos como centros comerciais, shopping-centers e outros (Internet Pública), possibilitando maior interação com o cliente.

s Credenciamento de estabelecimentos comerciais (farmácias, locadoras e padarias) sinalizados com a marca CEMIG (Agentes Cemig Fácil), para a

expansão dos pontos de arrecadação e prestação de outros serviços comerciais em áreas que não possuem representante da CEMIG, beneficiando com esta ação, mais de 600 municípios mineiros.

s Implementação do Cemig Postal, um novo canal desenvolvido para os nossos clientes, utilizando formulários com postagem “pré-paga”, disponíveis gratuitamente em locais sinalizados nos agentes Cemig Fácil.

s Expansão da Central Fale com a Cemig, hoje estruturada com mais de 300 posições de atendimento, permitindo maior eficiência nos serviços, sem o deslocamento do cliente.

Através da Oferta Pública realizada em novembro de 2003, a CEMIG agregou à sua carteira o maior consumidor industrial livre do País, com início do fornecimento de energia a partir de janeiro de 2005, pelo prazo de 10 anos, reduzindo dessa forma a exposição da Companhia ao mercado de curto prazo.

A CEMIG e suas controladas venderam no ano de 2003, 36.529 GWh de energia (excluindo consumo próprio) em comparação a 35.897 GWh em 2002, o que correspondeu a um crescimento de 1,76%. O mercado de energia continuou retraído em 2003 em função do baixo desempenho da economia e dos novos hábitos de consumo dos consumidores após o Programa de Racionamento.

Classe residencial – O crescimento de 2,65% não foi representativo, pois em 2002 o Brasil ainda estava vivendo os efeitos do Programa de Racionamento. O consumo absoluto para essa classe encontra-se próximo ao ocorrido no ano de 1998. O modesto crescimento pode ser explicado pelos juros altos, temor do desemprego, queda no poder de compra dos consumidores, e os novos hábitos de consumo de energia após o Programa de Racionamento. O

(Continua na página 16)

PRINCIPAIS ASPECTOS DO EXERCÍCIO DE 2003 (Cont.)

número de consumidores residenciais totalizou 4,7 milhões em dezembro de 2003 o que representou um acréscimo de 2,48% em relação a dezembro do ano anterior, perfazendo um acréscimo de 115 mil consumidores faturados no período. O consumo mensal por consumidor residencial foi de 115 kWh, idêntico ao do ano anterior.

Classe comercial: Historicamente, a classe comercial apresenta uma taxa de crescimento mais significativa que os 3,61% verificados, entretanto, após o plano de racionamento, estas taxas vêm se verificando em um patamar menor, consequência do quadro macroeconômico, queda nos investimentos na construção civil e adiamento na ampliação de estabelecimentos comerciais e de serviços.

Classe industrial - Alguns clientes vêm, desde 1997, investindo na geração própria de energia elétrica. Desta forma, com a entrada em operação de parte desses investimentos houve uma retração de 0,87% do mercado industrial da CEMIG em 2003 frente ao consumo verificado em 2002. Os efeitos positivos das atividades econômicas voltadas para exportação tais como: Siderurgia, Ferroligas e Extrativa Mineral, produtos âncora da pauta mineira, muito contribuíram para que a classe industrial encerrasse o ano com um volume de vendas de energia de 21.715 GWh, uma vez que o mercado interno ficou retraído. A classe industrial a partir do mês de outubro de 2003, começou a reverter o percentual de queda no consumo, que vinha sendo verificada a partir do mês de junho de 2003, principalmente com a venda mais acentuada de energia especial e a conquista, pela CEMIG, de novos clientes. Apesar de todos os fatores desfavoráveis ocorridos em 2003, se fossem excluídos 999 GWh da base estatística de 2002, referente ao consumo de um consumidor da classe industrial que se tornou livre em setembro de 2002 devido a auto produção, a redução de 0,87% passaria para um crescimento de 3,69%.

Classe rural - O crescimento de 4,61% deve-se basicamente ao aumento de 4,5% no consumo convencional e 4,9% na irrigação, os quais corresponderam a 68,2% e 31,8% do total da classe rural, respectivamente.

Demais classes de consumo e Suprimentos a Outras Concessionárias - As demais classes, que englobam Poderes Públicos, Iluminação Pública e Serviços Públicos, adicionadas a venda a outras concessionárias, responderam por 8,49% do mercado total da Companhia, somando 3.099 GWh do consumo total, registrando crescimento de 17,30% em relação ao exercício anterior.

Operações no Mercado Atacadista de Energia

Em 2003, a CEMIG faturou no mercado de curto prazo de energia R\$ 10,4 milhões. Considerando o contexto de sobras no Sistema Interligado, a política de operação no atacado da Companhia buscou otimizar a exposição aos preços do MAE, inclusive aditando os Contratos Iniciais de geração própria dentro dos limites permitidos pela legislação em 2003 e em quase sua totalidade até dezembro de 2004.

A CEMIG buscou ainda, com as novas regras implementadas em 2003, uma análise continuada do seu balanço energético para o cumprimento das exigências presentes na nova regulamentação de setor elétrico, em aprovação pelo Congresso Nacional, de lastro físico de 100% para a venda de energia e de contratação mínima de 95% da carga atendida.

Tarifa

Pela primeira vez, desde a assinatura do contrato de concessão em 1997, a CEMIG passou por um processo de revisão tarifária que culminou em um reposicionamento médio das tarifas de 31,53%, homologado pela Resolução ANEEL nº 165, de 04 de abril de 2003. Outro resultado do processo em questão foi a determinação provisória

do Fator X, em 1%, que é na prática um redutor do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), usado no reajuste anual da Parcela B (custos gerenciáveis), permitindo o repasse aos consumidores de parte dos ganhos de produtividade projetados das empresas.

Para o cálculo do ajuste tarifário da CEMIG em 2003, a ANEEL utilizou-se de uma base provisória dos ativos da Companhia, visto que a base definitiva só será conhecida após a finalização do processo de reavaliação. Da mesma forma, também não foi concluída a negociação referente ao valor da energia própria da Companhia, assim como a taxa real de depreciação a ser aplicada sobre o ativo investido. Os ajustes necessários deverão ser aplicados no próximo reajuste tarifário que ocorrerá em abril de 2004.

Em razão do Decreto nº 4667, de abril de 2003, o índice de reposicionamento da ANEEL passou a ter aplicação diferenciada por categoria de consumo. Este decreto estabeleceu, entre outras coisas, diretrizes para o processo de realinhamento das tarifas de energia, com o objetivo de, gradualmente, eliminar os subsídios cruzados existentes entre os grupos de consumo.

Deve ainda ser ressaltado que os custos não controláveis da CEMIG que deveriam ter sido repassados no reajuste tarifário de 8 de abril de 2003, tiveram sua compensação postergada por 12 meses. Portanto, somente a partir de 8 de abril de 2004 é que serão repassados às tarifas, para serem compensados em 24 meses. Este procedimento comprometeu a liquidez das distribuidoras. Em 31 de dezembro de 2003 a CEMIG possuía R\$621 milhões de custos não controláveis a serem repassados à tarifa.

Em julho, foi também reajustada a receita permitida do segmento de transmissão. O aumento de 31,53% resultou essencialmente da aplicação direta do IGP-M acumulado até maio.

(Continua na página 17)

PRINCIPAIS ASPECTOS DO EXERCÍCIO DE 2003 (Cont.)

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A CEMIG iniciou o ano de 2003 com a expectativa de contar com os recursos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), previstos pelo Acordo Geral do Setor Elétrico, em valor superior a R\$1,5 bilhão. Entretanto, apenas os financiamentos para a Geração da CEMIG, no valor de R\$511,9 milhões, foram viabilizados, para fazer face aos compromissos da Companhia perante ao MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, no valor de R\$708 milhões.

A CEMIG também contava com o financiamento do BNDES no valor de R\$322 milhões, a preços de abril de 2003, que seria corrigido pela SELIC até a data das liberações, relativo à antecipação da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA, mas tal financiamento não chegou a ser viabilizado, segundo explicações do BNDES, pelas restrições impostas pelo contingenciamento de crédito ao setor público.

Ressaltando que a instituição dos financiamentos pelo BNDES, via recursos do Tesouro Nacional, constituíam obrigação legal expressa, inclusive para empresas estatais, tal

indisponibilidade de recursos do BNDES levou a CEMIG a recorrer ao mercado para atendimento às necessidade de seus programas de investimento e de despesas em 2003, refinanciando parte de sua dívida, emitindo *commercial papers* no mercado de capitais local e se financiando através de outras fontes.

As principais captações de recursos da CEMIG em 2003 são como segue:

- R\$88 milhões destinados à cobertura de parte do seu programa de investimentos, cujas fontes de recursos foram: ELETROBRÁS, auxílio de consumidores, debêntures do Estado de Minas Gerais e operações de “supplier credit” e “buyer credit”.

- R\$512 milhões, em fevereiro e julho, no âmbito do Programa Emergencial e Excepcional de apoio Financeiro às Concessionárias de Serviços Públicos de Geração de Energia Elétrica e Produtores Independentes de Energia Elétrica, em operação de financiamento realizada com o BNDES para liquidação da dívida com o MAE;

- R\$620 milhões, obtidos junto aos bancos, sendo R\$220 milhões, em julho, destinados a complementar os recursos necessários à liquidação da dívida com o MAE e R\$400 milhões,

ao longo do ano, destinados à rolagem de parte de sua dívida financeira;

- R\$300 milhões, em dezembro, através de um lançamento de Notas Promissórias (*commercial papers*) no mercado de capitais local. Essa operação contou com a classificação de risco de curto prazo da Fitch Atlantic Rating no nível F1, que indica “a mais forte capacidade de pagamento de compromissos financeiros no prazo esperado”.

RELACIONES COM INVESTIDORES E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Composição Acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2003, totalizou R\$ 1.622 milhões. Em sua composição, podemos verificar o Estado de Minas Gerais possuindo 24,12% do total das ações e o setor privado com 75,88%.

Mercado de Capitais

As ações e os American Depositary Receipts - ADR da Companhia continuaram apresentando grande negociação ao longo do período.

Ação / Índice	Cotações		
	31/12/03	31/12/02	%
CEMIG PN – R\$	52,75	25,63	105,81
CEMIG ON – R\$	37,1	22,48	65
IBOVESPA – pontos	22.236	11.268	97,34
IEE (Energia Elétrica) – pontos	6.579	3.174	107,28
IGC (Governança Corporativa) - pontos	1.845	1.026	79,82

As ações da CEMIG movimentaram um total de R\$ 4.977 milhões, correspondendo a 3% do total do volume negociado na Bolsa de Valores de São Paulo, a 8ª posição entre as Companhias mais negociadas da BOVESPA.

Ao final de 2003 o valor de mercado da CEMIG atingiu a R\$ 7.444 milhões, constituindo o 2ª maior valor de mercado entre as empresas de energia elétrica do país, com um aumento de

82,45% em relação a 2002, que era de R\$ 4.080 milhões.

Desde setembro de 2001, as ações da CEMIG são negociadas diretamente na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) através do programa de ADR (American Depositary Receipt) no nível II, lastreado por lotes de mil ações preferenciais. Ao final de 2003, o valor total das negociações alcançou US\$241 milhões, representando 14,36% das ações

preferenciais e 8,09% das ações em circulação. O programa de ADRs tem como banco depositário o Citibank N.A.

Apesar de uma pequena redução na quantidade de ações negociadas em forma de ADR's, houve um aumento no volume do capital estrangeiro investido na CEMIG, considerando-se a aquisição direta de ativos na BOVESPA.

(Continua na página 18)

PRINCIPAIS ASPECTOS DO EXERCÍCIO DE 2003 (Cont.)

Capital Estrangeiro/Total de Ações		
	31/12/03	31/12/02
Total	31,11%	26,91%
Em custódia na BOVESPA	23,02%	14,17%
ADR	8,09%	12,73%

O comportamento das cotações das ações preferenciais acompanhou o desempenho do índice BOVESPA, com as ações ordinárias tendo um desempenho inferior. Já os ADRs tiveram desempenho bastante superior ao do Índice Down Jones em 2003.

Relações com investidores

Buscando o aprimoramento do relacionamento com investidores e acionistas, a CEMIG vem aperfeiçoando diversas práticas. A página de relações com investidores na internet vem sendo constantemente desenvolvida, sendo utilizada como o principal meio de divulgação de informações da Companhia, seja no Brasil (ri.cemig.com.br) ou no exterior (ir.cemig.com). As demonstrações financeiras, e sua respectiva análise, bem como as informações corporativas e societárias são disponibilizadas na Internet em três idiomas: português, inglês e espanhol.

Foram realizados encontros em todas as regionais da Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais – ABAMEC e da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, para a apresentação dos resultados trimestrais. Esses encontros têm sido de grande importância para a consolidação do relacionamento com os principais profissionais do mercado de capitais do Brasil. Somados a esses encontros, a Companhia esteve representada em vários seminários e conferências voltadas aos investidores nacionais e estrangeiros.

Nos dias 05 e 06 de junho de 2003 foi realizado no Center Convention Uberlândia, o VIII Encontro Anual

CEMIG - Mercado de Capitais com analistas de mercado. Pelo oitavo ano consecutivo os profissionais de mercado tiveram oportunidade de, em contato amplo e transparente, interagir com os profissionais das principais áreas e subsidiárias da CEMIG, objetivando a sua interação com os analistas e investidores de mercado de capitais de todo o país e mostrar o compromisso em realizar uma política de relacionamento objetivo e transparente com o mercado, estreitando cada vez mais a relação com os investidores, dentro das melhores práticas de governança corporativa.

No dia 10 de outubro de 2003, ocorreu a celebração do 2º ano de listagem na Bolsa de Valores de Nova Iorque, tendo os principais executivos da Companhia participado da abertura do pregão, representada pelo presidente do seu Conselho de Administração, que também é secretário do Estado de Desenvolvimento Econômico, Wilson Nélío Brumer, e pelos diretores Flávio Decat de Moura, Heleni de Mello Fonseca e José Maria de Macedo.

Desde setembro de 2001, as ações vem sendo negociadas diretamente no pregão da Bolsa de Valores de Nova Iorque, na forma de ADR nível II, uma elevação do programa de ADR nível I da CEMIG, que já era negociado naquele mercado, desde junho de 1993, possibilitando que, a partir de 2001, também os pequenos investidores, incluindo-se pessoas físicas, tivessem acesso aos ADR da Companhia.

Para se habilitar a negociar seus ADR nível II, a CEMIG teve, em agosto de 2001, seu pedido de registro aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pela comissão de valores dos Estados Unidos da América, a

Securities and Exchange Commission – SEC.

Além da Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo e da Bolsa de Valores de Nova Iorque, as ações da CEMIG são também negociadas desde 12 de julho de 2002, na Latibex, um segmento da Bolsa de Valores de Madrid dedicada à negociação de ações das empresas latino-americanas em euros, sendo os recibos de depósitos bancários representados por lote de mil ações preferenciais nominativas, tendo o Espírito Santo B&M como especialista de mercado latino-americano para as ações da CEMIG na Latibex.

Governança corporativa

A CEMIG busca aprimorar ainda mais o relacionamento com seus acionistas, investidores e analistas, através de uma política de governança corporativa, que consiste na absorção das melhores práticas a nível internacional, de forma a garantir o acesso ao mercado de capitais para financiar seus projetos de expansão, reduzindo o custo médio ponderado de capital e agregando valor aos investimentos realizados por seus acionistas.

Além disso, a Companhia atende as regulamentações em vigor, estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e demais agências reguladoras dos países nos quais as ações são negociadas, com o intuito de assegurar o acesso as informações vitais para a tomada de decisões por parte dos investidores.

A confiança e credibilidade que os acionistas e investidores depositam na CEMIG é reflexo desta política de

(Continua na página 19)

PRINCIPAIS ASPECTOS DO EXERCÍCIO DE 2003 (Cont.)

total transparência adotada pela Companhia no seu relacionamento com o mercado de capitais.

Antecipando ao disposto na Lei nº.10.303, de 31 de outubro de 2001, e por decisão do acionista majoritário, atendendo as melhores práticas de Governança Corporativa, a CEMIG promoveu a reforma do seu Estatuto Social, o que permitiu aos acionistas minoritários, detentores de ações preferenciais, eleger um membro para o Conselho de Administração.

O Conselho de Administração possui 14 membros, com qualificação em diversas áreas, tais como política, engenharia, finanças, economia, direito e contabilidade, com mandato unificado. Este Conselho atua de modo a orientar a Diretoria no sentido de assegurar retorno atrativo dos empreendimentos, agregando valor ao investimento dos acionistas.

Atualmente, destaca-se a aprovação pelo Conselho de Administração, em reunião extraordinária realizada em julho de 2002, da nova Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, que descreve em seu “Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da CEMIG”, os procedimentos e diretrizes relativas à manutenção e sigilo de informações. Esse manual, juntamente com o “Termo de Adesão” na forma da instrução CVM 358, de 3 de janeiro de 2002, foi enviado a todos os gerentes e empregados com funções consultivas da CEMIG.

Por determinação da Diretoria Executiva, imbuída do compromisso de incrementar a transparência das ações dos gestores da CEMIG e de fortalecer sua imagem e credibilidade junto aos seus acionistas, clientes, empregados, sindicatos, parceiros, fornecedores, prestadores de serviços, concorrentes, sociedade, governo, poder concedente e as comunidades onde atua, foi criado um Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar o Código de Ética a ser aplicado aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, aos

diretores e aos empregados da Companhia, e propor um programa de ação para a implementação de instrumentos fundamentais para o aprimoramento do sistema de governança corporativa. O trabalho foi orientado para que seus resultados aproximem a Companhia das melhores práticas éticas e legais, no que tange às suas políticas internas e externas, e possibilitem atender a:

- regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, pertinentes à governança corporativa;
- Lei Sarbanes-Oxley, que modificou a maneira pela qual as empresas registradas na Securities and Exchange Commission - SEC, seja negociando suas ações no mercado americano ou mantendo programa de ADR nível 2 ou nível 3, serão administradas;
- contratos de concessão e às normas ditadas pelo poder concedente;
- Código de Defesa do Consumidor;
- legislações municipais, estaduais e federal.

Também é feito acompanhamento criterioso das negociações com valores mobiliários da CEMIG para o cumprimento da Política de Negociação das ações de sua emissão e pessoas a ela vinculadas, nos termos da Instrução [CVM nº 358](#), de 3 de janeiro de 2002.

Os relatórios legais e as demonstrações financeiras divulgadas ao mercado através das informações trimestrais (ITRs) e anuais (IAN e DFP), têm sido aprimoradas sucessivamente, buscando ampliar o entendimento sobre as operações da Companhia. Além da SEC, as Bolsas de Valores de Nova Iorque e Madri recebem as mesmas informações.

Da mesma forma as demonstrações financeiras são convertidas ao padrão americano de práticas contábeis (USGAP), conforme regulamentação da SEC.

O calendário anual dos eventos corporativos programados é mantido constantemente atualizado e

disponibilizado no site e encaminhado conforme regulamentação em vigor à CVM, BOVESPA, SEC, NYSE e LATIBEX.

A CEMIG tinha em circulação, ao final de dezembro de 2003, 75,83% das ações de seu capital social, parcela muito superior ao mínimo exigido de 25% para as empresas que aderiram ao nível 1 de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA. Outro aspecto exigido dessas empresas é a convocação das assembleias gerais de seus acionistas com, no mínimo, 15 dias de antecedência, prazo esse que a CEMIG tem cumprido em suas convocações.

Ao longo do ano de 2003 a CEMIG realizou inúmeras reuniões públicas com analistas e investidores para divulgar informações quanto a sua situação econômico-financeira e operacional, projetos, perspectivas, estratégias, etc. Logo após a disponibilização dos resultados trimestrais, foram realizados encontros com a imprensa, como principal meio de divulgação de informações à sociedade a respeito de sua atividade e de seus resultados.

No Estatuto da Companhia já estão previstas algumas práticas constantes de Política de Governança Corporativa, como forma de assegurar seu cumprimento por administradores e empregados:

As ações ordinárias e preferenciais concorrem em igualdade de condições na distribuição de bonificações;

O Conselho de Administração delibera, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;

Compete também ao Conselho de Administração deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de

(Continua na página 20)

PRINCIPAIS ASPECTOS DO EXERCÍCIO DE 2003 (Cont.)

valor individual igual ou superior a R\$5 milhões;

Igualmente, e respeitado esse mesmo valor, é de competência do Conselho de Administração, em função também de proposta da Diretoria Executiva, decidir sobre empréstimos, financiamentos, atos ou outros negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, excetuado os contratos de compra e venda de energia que ultrapassem esse valor, que poderão ser aprovados pela Diretoria Executiva, com sua apresentação formal ao Conselho de Administração na reunião seguinte a sua aprovação;

O Conselho Fiscal da Companhia, que funciona de modo permanente, pode ser composto por um mínimo de três e máximo de cinco membros efetivos e respectivos suplentes. Esse conselho é eleito anualmente na Assembleia Geral Ordinária, sendo possível a reeleição de seus membros

Foi assegurado aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro do Conselho de Administração, respectivamente, na forma da lei.

Política de dividendos

A política de dividendos, contemplada no Estatuto da Companhia, estabelece que as ações preferenciais gozarão de preferência na hipótese de reembolso de ações e terão um dividendo mínimo anual igual ao maior dos valores: 10% (dez por cento) calculado sobre seu valor nominal ou 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido das ações. A distribuição de dividendos não será inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro, na forma da Lei de Sociedades por Ações.

Por decisão do Conselho de Administração a CEMIG poderá declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados nos balanços semestrais ou intermediários.

O pagamento desses dividendos ocorre dentro de, no máximo, 60 dias após a realização da Assembleia Geral que autoriza a sua distribuição, ou de acordo com a deliberação da Assembleia de acionistas. Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, são revertidos em benefício da Companhia.

Nos exercícios em que a Companhia não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, o Estado de Minas Gerais assegurará às ações do capital, de propriedade de particular, um dividendo mínimo de 6% (seis por cento) ao ano. Essa garantia está prevista no artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

GESTÃO

Eficiência e modernização formaram a linha mestra dos processos administrativos da CEMIG em 2003. Através de metas bem definidas, uma série de ações foi implementada visando melhorar ainda mais a qualidade de seus produtos e fortalecer sua imagem junto aos seus diversos públicos. Procurando sempre agregar valor, a firmeza na condução desses processos garantirá a continuidade das ações nos próximos anos.

Planejamento Estratégico e BSC

Em um momento de muita indefinição e mudanças no setor elétrico nacional, a CEMIG estruturou-se para alavancar o seu Planejamento Estratégico, com a participação de todo o corpo gerencial e executivo. Assim, foram formuladas as estratégias de negócios, definida a estratégia financeira e elaborado o Plano de Ação, com metas e indicadores.

Para que todos os níveis da organização possam acompanhar a implementação da estratégia, foi redesenhado o Balanced Scorecard,

além da instalação de um Management Cockpit.

Gerenciamento de riscos

O mercado de energia brasileiro é constantemente abalado por fatores que geram incertezas e ameaças. Nesse ambiente, o gerenciamento de riscos torna-se parte essencial do desenvolvimento sustentável, para a criação de valor para o acionista.

A CEMIG iniciou em 2003 os trabalhos de implantação do projeto de gerenciamento dos riscos corporativos, sendo os seus objetivos principais descritos abaixo:

- Auxiliar no cumprimento dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico
- Reduzir o nível de incertezas do negócio, preparando a Companhia para agir em relação ao seu ambiente de riscos.
- Fornecer aos principais executivos da Companhia uma metodologia e ferramentas que permitam a implantação desse processo.

Qualidade

A Qualidade tornou-se objetivo permanente, e vem sendo usada efetivamente como ferramenta de gestão. Em 2003, mais sete certificações foram obtidas em conformidade com ISO 9001/2000, abrangendo os mais variados processos, desde os trabalhos com o consumidor final de distribuição até o planejamento da expansão do sistema, passando pela operação e manutenção de usinas e serviços na área de tecnologia da informação.

O setor de recuperação de materiais desenvolveu procedimentos que geraram uma economia de mais de R\$ 11 milhões, e, agora, prepara-se para se certificar no sistema ISO 14.000.

Tecnologia

A CEMIG continua em posição de vanguarda na utilização e desenvolvimento de tecnologias. Para

(Continua na página 21)

PRINCIPAIS ASPECTOS DO EXERCÍCIO DE 2003 (Cont.)

isso, a parceria com universidades e entidades de pesquisa foi ampliada, permitindo a implantação de importantes projetos. Entre eles, núcleos de excelência em climatologia, geração termelétrica, eficiência energética e energias renováveis. Cerca de 80 projetos de Pesquisa & Desenvolvimento receberam recursos da ordem de R\$ 13 milhões.

O Escritório de Marcas e Patentes atuou, junto ao Instituto de Nacional de Propriedade Industrial, na concessão de 4 cartas-patentes, 41 pedidos de privilégio sobre invenções e 69 marcas registradas.

A CEMIG também vem desenvolvendo diversos projetos de utilização de energia solar e eólica, além de outras fontes de energia alternativa. A parceria com a USP-São Carlos e as empresas Clamper e Unitech permitiu o aperfeiçoamento do protótipo da primeira célula a combustível produzida no Brasil.

Os sistemas de geoprocessamento da Distribuição e da Transmissão concluíram etapas que vão permitir o cadastramento de toda a rede e a elaboração de projetos de expansão, agilizando o atendimento a novos clientes.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Recursos Humanos

O desenvolvimento dos empregados em todos os níveis, através da formação, aperfeiçoamento e especialização é preocupação constante da CEMIG, que reconhece nesse aspecto o diferencial competitivo para as práticas do mercado.

A Gestão de Desempenho está sendo implantada entre os executivos com o objetivo de planejar, acompanhar e avaliar o seu desempenho e em breve será estendido a todos os empregados.

O Plano de Cargos e Remunerações, implantado em janeiro de 2004, visa fornecer instrumentos que permitam à Companhia remunerar seu pessoal de forma adequada aos seus objetivos sociais, assegurando a competitividade externa e promovendo a equidade interna.

Buscando construir uma base de credibilidade e estreitar o relacionamento com seu público interno – empregados, familiares, aposentados, contratados e estagiários – foram criadas ferramentas de comunicação, reafirmando esse aspecto como premissa básica no desempenho da Companhia.

Em dezembro de 2003, foi implementado o Plano de Desligamento Incentivado - PDI, visando uma melhor adequação do quadro de pessoal às necessidades atuais e futuras. O PDI demonstrou o compromisso da CEMIG de proporcionar relações trabalhistas mais modernas e eficientes, ao mesmo tempo em que buscou atenuar os efeitos sociais do desligamento dos empregados.

Os acidentes fatais com pessoal próprio alcançaram a marca zero. No geral, todos os acidentes também tiveram gravidade e frequência menores que 2002, mantendo a tendência de queda dos últimos quatro anos. Essa conquista se deve à determinação da Diretoria em manter as ações de melhoria contínua em Saúde e Segurança no Trabalho.

Além do treinamento interno, que contou com 14.600 inscrições de empregados em cursos e seminários, a comunidade também foi contemplada com uma série de programas que visaram educar, informar e capacitar os participantes, de acordo com suas características sociais e regionais:

❑ Procel nas Escolas: Educação ambiental e dicas de combate ao desperdício de energia para mais de 72 mil alunos e 1.350 professores de escolas públicas.

❑ Eficiência Energética: Treinamento para mais de 21 mil pessoas, entre clientes, profissionais de engenharia e técnicos, além de estudantes.

❑ Cice's: A criação das Comissões Internas de Conservação de Energia foi o tema de oito cursos ministrados em empresas de média e baixa tensão.

❑ Fazenda Energética: O uso eficiente da energia nos processos do setor agropecuário envolveu 1.700 participantes em 29 eventos promovidos.

Cultura

O compromisso em incentivar, resgatar, manter e promover a manifestação cultural de Minas Gerais em todos os seus formatos foi consolidado com o investimento de R\$6 milhões, beneficiando mais de 120 municípios. Todos os projetos que se manifestaram com a proposta de enriquecer nosso acervo cultural receberam patrocínio e aplauso.

Festival Internacional de Teatro de Bonecos, em Belo Horizonte; Festival de Teatro de Uberlândia; Festival da Cultura do Vale do Jequitinhonha e muitos outros mais: a linha da cultura riscou todo o mapa de Minas Gerais com o apoio da CEMIG a 25 eventos artísticos e populares.

Os projetos em cinema incluíram quatro longas-metragens, o Festival Internacional de curtas-metragens, a Mostra de Cinema de Tiradentes e o "Cinema ao Ar Livre", que, pelo terceiro ano, levou a filmografia nacional de Minas gerais.

As artes plásticas, que já têm espaço permanente na Galeria de Arte da CEMIG, também receberam apoio, com o incentivo à exposições externas, uma expedição fotográfica ao Vale do Jequitinhonha e até o Festival Internacional de Quadrinhos de Belo Horizonte.

A preservação da memória de Minas foi contemplada com a manutenção do patrocínio de museus e acervos de documentos. A Casa de Juscelino, em

(Continua na página 22)

PRINCIPAIS ASPECTOS DO EXERCÍCIO DE 2003 (Cont.)

Diamantina; o Santuário de Nossa Senhora do Carmo, em Mariana; A Biblioteca Pública de Belo Horizonte; o Museu Mineiro; eventos na capital e no interior, e tantos outros registros do nosso passado tiveram sua preservação garantida com o apoio da CEMIG, para que possam continuar contando a nossa história e mantendo vivo o espírito daqueles que construíram nosso Estado.

Meio Ambiente

A convivência com os recursos naturais, inerente ao negócio energia, requer uma série de ações que permitam compatibilizar as atividades com a proteção ambiental. Os programas e estudos ambientais receberam, em 2003, recursos superiores a R\$42 milhões.

Dow Jones

Pela quarta vez consecutiva, o reconhecimento mundial através do Dow Jones Sustainability World Indexes, confirmou o acerto de nossas decisões nos aspectos sociais, ambientais e de valor para o acionista. O Dow Jones é um índice de alta confiabilidade, compondo um seleto grupo de 317 empresas em todo o mundo. No Brasil, apenas quatro empresas estão listadas para o ano de 2004. O levantamento envolveu mais de 2.500 empresas de 60 ramos industriais de 34 países. Além da permanência no índice, a CEMIG foi classificada no grupo das segundas empresas de energia elétrica do mundo, sendo a única do setor da América Latina.

Sistema de Gestão Ambiental

Prosseguindo na implantação do Sistema de Gestão Ambiental, três certificações foram recomendadas pela Det Norske Veritas:

- Operação do sistema elétrico (com duas certificações)
- Manutenção e operação de subestações.

A usina hidrelétrica de Nova Ponte renovou seu certificado, obtendo

reconhecimento internacional pela preservação nas suas instalações, no reservatório e na Reserva Ambiental de Galheiro.

Licenciamento Ambiental

As usinas em construção – Queimado, Pai Joaquim e térmica Barreiro – obtiveram o licenciamento ambiental para operação, o que também ocorreu com várias subestações, linhas de transmissão e redes de distribuição de gás.

Gestão de materiais

Todo material descartado durante o processo de produção, transmissão e distribuição da energia recebe atenção especial e tem destinação adequada. Dentro dessa política, a CEMIG enviou para reciclagem e destruição, em 2003, cerca de 280 mil lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública. Cerca de 360 mil litros de óleo isolante retirado dos transformadores fora de operação foram reutilizados em outros equipamentos.

A coleta seletiva no edifício-sede encaminhou à Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte, 37 toneladas de papel, 20 toneladas de plástico, além de metais e vidro.

Projetos e Pesquisas dos recursos naturais

Os recursos naturais do estado, a fauna terrestre e aquática foram objeto de pesquisas que contaram com a parceria de universidades e diversas entidades. Importantes projetos tiveram continuidade e significativos progressos, como o Projeto de Monitoramento do Lobo-guará, agora estendido para a Estação Ambiental de Galheiro.

Em parceria com a Universidade Federal de Lavras, foi inaugurado o Centro de Excelência em Matas Ciliares. Toda a tecnologia gerada com esse projeto passou a ser compartilhada com a sociedade.

A ictiofauna e seu habitat ganharam programas de Pesquisa e Desenvolvimento com investigações em sete linhas, envolvendo a qualidade da água, mecanismos de transposição de peixes, a relação das espécies com a operação dos reservatórios entre outras.

Fauna, Flora e Monitoramento da Qualidade da Água

Ações efetivas para a preservação de toda forma de vida existente nas matas, rios, e centros urbanos das comunidades em que a CEMIG atua marcaram o ano de 2003. Mais de 2,4 milhões de alevinos foram soltos em rios e nos reservatórios das usinas, onde contam com água da melhor qualidade para se desenvolver, pois também a água é monitorada em 33 reservatórios.

Para minimizar o impacto à ictiofauna, destaca-se o comissionamento ambiental da usina hidrelétrica de Funil, associado ao sistema de transposição de peixes tipo elevador.

Os viveiros florestais de Volta Grande e Itutinga e os Laboratórios de Sementes produziram 405 mil mudas, e 511 quilos de sementes foram coletados. As árvores das matas ficaram mais protegidas com a Campanha de Prevenção e Controle de Queimadas. Na cidade, as espécies urbanas recebem tratamento e poda adequados, através da parceria com as prefeituras.

As Estações Ambientais de Peti, Galheiro, Igarapé e Itutinga, receberam e trataram cerca de 445 animais, dos quais a metade já retornou ao seu habitat. A outra metade encontra-se ainda em tratamento.

Peti comemorou 20 anos de atividades em prol da pesquisa ambiental, criação e soltura de animais e, muito particularmente, da educação ambiental de estudantes, portadores de necessidades especiais e grupos de terceira idade.

(Continua na página 23)

PRINCIPAIS ASPECTOS DO EXERCÍCIO DE 2003 (Cont.)

Voluntariado

O trabalho voluntário dos empregados, atuando nas áreas de educação, cultura, saúde e ação comunitária concentraram-se no Projeto Asin – Ações Sociais Integradas. Diretoria, superintendentes, gerentes, empregados, aposentados e familiares participam das atividades - que são avaliadas, coordenadas e orientadas – formando uma bem-sucedida rede de responsabilidade social.

Atualmente, são mais de mil empregados voluntários, que vêm beneficiando 25 mil pessoas entre crianças, adolescentes e idosos.

A educação tem foco prioritário, considerando seu poder transformador e sua importância na construção de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, as atividades do Asin permitem reduzir o índice de analfabetismo de jovens e adultos, melhorar a qualidade de vida de alunos, com a reforma de ambientes escolares e exames oftalmológicos, formação de bibliotecas, e diversas realizações de cursos profissionalizantes.

O projeto AI6%, em parceria com a Associação Intergerencial da CEMIG, arrecadou R\$ 100 mil entre os empregados, que doaram 6% do seu imposto de renda devido para o Fundo

da Infância e da Adolescência.

Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela CEMIG em 2003, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Prêmio Procel: Pela quarta vez, a CEMIG ganha o Prêmio Nacional de Conservação e Uso racional de Energia Elétrica, categoria Empresas do Setor Energético, concedido pelo Ministério das Minas e Energia

Selo de Empresa Cidadã: Conquistado em Uberlândia pelo Projeto de Educação Ambiental nas Escolas “Terra da Gente”. Concedido pela Câmara municipal e Câmara de Dirigentes Logistas.

Prêmio Mineiro da Qualidade: vencedora na categoria Prata. Instituído pelo governo do Estado, promove a integração entre os setores público e privado, compartilhando experiência na gestão pela qualidade.

Prêmio Minas Ecologia: Categoria Solo, com o Projeto Recuperação da Nascente do Córrego Pedra Branca, concedido pela Associação Mineira de defesa do meio Ambiente e do Centro Universitário Newton Paiva

Ouro Azul: outro prêmio conquistado pelo Projeto de Recuperação da

Nascente do Córrego Pedra Branca. A CEMIG e suas controladas (“Grupo CEMIG”) apresentaram, no exercício de 2003, um lucro líquido de R\$1.198 milhões, em comparação a um prejuízo de R\$1.002 milhões no exercício de 2002.

O resultado do Grupo CEMIG em 2003 foi favorecido principalmente pelo aumento na receita com fornecimento bruto de energia elétrica no montante de R\$1.244 milhões e pela receita financeira advinda da valorização do Real em relação ao Dólar norte-americano, gerando R\$336 milhões de receita líquida com variação cambial. No exercício anterior o resultado foi impactado de forma negativa pela provisão extraordinária para perdas referente ao contrato de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$1.045 milhões e pela despesa financeira líquida advinda da desvalorização do Real em relação ao Dólar norte-americano, no montante de R\$728 milhões.

O reajuste tarifário de 2003 bem como uma pequena recuperação no mercado de energia contribuíram para a maior geração de caixa da Companhia em 2003. O EBITDA da CEMIG apresentou em 2003, variação positiva de 66,91% em relação a 2002 e 27,74% em relação a 2001. ■

PRINCIPAIS RUBRICAS E INDICADORES FINANCEIROS

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO - R\$ MIL

ATIVO	2001	AV%	2002	AV%	2003	AV%
CIRCULANTE	1.690.574	12,8%	1.953.965	14,1%	2.557.894	17,0%
Disponível e aplicações financeiras	696.088	5,3%	122.975	0,9%	440.481	2,9%
Contas a receber	892.778	6,8%	1.487.900	10,8%	1.942.099	12,9%
Estoques	11.599	0,1%	20.663	0,1%	22.230	0,1%
Outros créditos	90.109	0,7%	322.427	2,3%	153.084	1,0%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.525.926	26,7%	3.328.386	24,1%	3.662.697	24,4%
Contas a receber do Governo do Esta	1.492.105	11,3%	754.960	5,5%	891.063	5,9%
Consumidores - recomposição tarifári	1.071.788	8,1%	1.149.563	8,3%	1.265.310	8,4%
Despesas antecipadas - CVA	106.080	0,8%	195.208	1,4%	305.485	2,0%
Créditos tributários	435.981	3,3%	406.646	2,9%	269.183	1,8%
Títulos e valores mobiliários	70.107	0,5%	53.138	0,4%	-	-
Racionamento - bônus e custos adpa	122.634	0,9%	52.083	0,4%	23.449	0,2%
Revendedores - suprimento de energi	80.140	0,6%	462.640	3,3%	567.062	3,8%
Tributos compensáveis	-	-	81.583	0,6%	115.933	0,8%
Incentivos fiscais, depósitos e outros	147.091	1,1%	172.565	1,2%	225.212	1,5%
PERMANENTE	7.998.971	60,5%	8.531.535	61,8%	8.804.300	58,6%
Investimentos	356.272	2,7%	608.657	4,4%	797.806	5,3%
Imobilizado	7.633.115	57,8%	7.897.782	57,2%	7.984.367	53,1%
Diferido	9.584	0,1%	25.096	0,2%	22.127	0,1%
TOTAL DO ATIVO	13.215.471	100,0%	13.813.886	100,0%	15.024.891	100,0%

(Continua na página 24)

PRINCIPAIS RUBRICAS E INDICADORES FINANCEIROS (Cont.)

BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO - R\$ MIL

PASSIVO	2001	AV%	2002	AV%	2003	AV%
CIRCULANTE	1.776.150	13,4%	2.960.646	21,4%	3.516.816	23,4%
Empréstimos e financiamentos	332.317	2,5%	834.203	6,0%	1.587.336	10,6%
Fornecedores	550.520	4,2%	1.274.725	9,2%	610.960	4,1%
Impostos, taxas e contribuições	213.378	1,6%	150.757	1,1%	321.473	2,1%
Dividendos a pagar	216.894	1,6%	211.106	1,5%	311.212	2,1%
Salários e contribuições sociais	96.861	0,7%	108.515	0,8%	199.110	1,3%
Encargos regulatórios	51.696	0,4%	93.856	0,7%	133.718	0,9%
Participações nos lucros	38.180	0,3%	25.950	0,2%	51.314	0,3%
Outras obrigações	276.304	2,1%	261.534	1,9%	301.693	2,0%
EXIGÍVEL DE LONGO PRAZO	4.521.948	34,2%	5.143.322	37,2%	4.922.413	32,8%
Empréstimos e financiamentos	2.049.606	15,5%	2.550.541	18,5%	2.271.413	15,1%
Provisões contingências	319.230	2,4%	315.045	2,3%	320.898	2,1%
Obrigações pós-emprego	1.701.868	12,9%	1.656.488	12,0%	1.496.027	10,0%
Impostos, taxas e contribuições	-	-	216.640	1,6%	440.143	2,9%
Fornecedores - suprimentos	372.939	2,8%	334.295	2,4%	324.556	2,2%
Outras obrigações	78.305	0,6%	70.313	0,5%	69.376	0,5%
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	15.317	0,1%	29.035	0,2%	27.093	0,2%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.902.056	52,2%	5.680.883	41,1%	6.558.569	43,7%
Capital social	1.589.995	12,0%	1.621.538	11,7%	1.621.538	10,8%
Reservas de capital	4.133.615	31,3%	4.059.345	29,4%	4.059.345	27,0%
Reservas de lucro	1.153.476	8,7%	-	-	877.686	5,8%
Lucros acumulados	24.970	0,2%	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	13.215.471	100,0%	13.813.886	100,0%	15.024.891	100,0%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONSOLIDADO- R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	2001	AV%	2002	AV%	2003	AV%
Receita bruta de vendas e/ou serviços	6.167.632	127,1%	6.751.960	131,9%	7.967.945	141,7%
(+)Fornecimento bruto de energia elétrica	4.731.389	97,5%	5.991.216	117,0%	7.235.477	128,7%
(+)Recomposição tarifária extraordinária	1.057.703	21,8%	275.321	5,4%	-	-
(+)Outras receitas	378.540	7,8%	485.423	9,5%	732.468	13,0%
(-)Deduções da receita bruta	(1.315.262)	(27,1%)	(1.633.298)	(31,9%)	(2.344.628)	(41,7%)
(=) Receita líquida de vendas	4.852.370	100,0%	5.118.662	100,0%	5.623.317	100,0%
(-) Despesas de pessoal	(554.365)	(11,4%)	(553.234)	(10,8%)	(740.434)	(13,2%)
(-) Material	(71.225)	(1,5%)	(78.428)	(1,5%)	(87.834)	(1,6%)
(-) Serviços de terceiros	(218.903)	(4,5%)	(264.563)	(5,2%)	(321.245)	(5,7%)
(-) Comp. Financeira utilização rec. hídricos	(28.460)	(0,6%)	(47.252)	(0,9%)	(13.948)	(0,2%)
(-) Energia elétrica para revenda	(1.514.252)	(31,2%)	(1.732.678)	(33,9%)	(1.393.423)	(24,8%)
(-) Encargos do uso da rede	(250.499)	(5,2%)	(297.537)	(5,8%)	(310.263)	(5,5%)
(-) Depreciação acumulada	(516.348)	(10,6%)	(550.513)	(10,8%)	(570.193)	(10,1%)
(-) Obrigações pós-emprego	(201.056)	(4,1%)	(145.473)	(2,8%)	(74.338)	(1,3%)
(-) Constituição de provisões operacionais	(36.227)	(0,7%)	(52.456)	(1,0%)	(104.689)	(1,9%)
(-) Quotas para CCC	(248.800)	(5,1%)	(344.902)	(6,7%)	(282.309)	(5,0%)
(-)Provisão p/ perdas de recomposição tarifária	-	-	(177.627)	(3,5%)	118.442	2,1%
(-) Gás comprado para revenda	(84.142)	(1,7%)	(152.132)	(3,0%)	(246.276)	(4,4%)
(-) Conta de desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	(118.217)	(2,1%)
(-) Outras despesas operacionais	(190.809)	(3,9%)	(158.178)	(3,1%)	(159.541)	(2,8%)
(=)Lucro da atividade	937.284	19,3%	563.689	11,0%	1.319.049	23,5%
(+)Receitas financeiras	494.607	10,2%	867.203	16,9%	1.114.306	19,8%
(-)Despesas financeiras	(690.113)	(14,2%)	(1.482.663)	(29,0%)	(779.216)	(13,9%)
(=)Lucro operacional	741.778	15,3%	(51.771)	(1,0%)	1.654.139	29,4%
(+/-)Resultados não operacionais	(89.911)	(1,9%)	(1.072.558)	(21,0%)	(61.128)	(1,1%)
(=)Lucro líquido antes do IR e CS	651.867	13,4%	(1.124.329)	(22,0%)	1.593.011	28,3%
(-)Provisão para IR e contribuição social	(229.016)	(4,7%)	(70.910)	(1,4%)	(553.528)	(9,8%)
(=)Lucro líquido após o IR e CS	422.851	8,7%	(1.195.239)	(23,4%)	1.039.483	18,5%
(-)Participações / contribuições estatutárias	(47.386)	(1,0%)	(38.226)	(0,7%)	(92.583)	(1,6%)
(-)Participações minoritárias	(536)	(0,0%)	11.632	0,2%	742	0,0%
(-)Reversão dos juros sobre capital próprio	103.000	2,1%	220.000	4,3%	250.000	4,4%
(=)Lucro disponível do período	477.929	9,8%	(1.001.833)	(19,6%)	1.197.642	21,3%

ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

A CEMIG e suas controladas ("Grupo CEMIG") apresentaram, no exercício de 2003, um lucro líquido de R\$1.198 milhões, em comparação a um prejuízo de R\$1.002 milhões no exercício de 2002.

O resultado do Grupo CEMIG em 2003 foi favorecido principalmente pelo aumento na receita com fornecimento bruto de energia elétrica no montante de R\$1.244 milhões e pela receita financeira advinda da valorização do Real em relação ao Dólar norte-americano, gerando R\$336 milhões de receita líquida com variação cambial. No exercício anterior o resultado foi impactado de forma negativa pela provisão extraordinária para perdas referente ao contrato de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$1.045 milhões e pela despesa financeira líquida advinda da desvalorização do Real em relação ao Dólar norte-americano, no montante de R\$728 milhões.

O reajuste tarifário de 2003 bem como uma pequena recuperação no mercado de energia contribuíram para a maior geração de caixa da Companhia em 2003. O EBITDA da CEMIG apresentou em 2003, variação positiva de 66,91% em relação a 2002 e 27,74% em relação a 2001.

Receita com fornecimento bruto de energia elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$7.235 milhões em 2003 comparado à receita de R\$5.991 milhões em 2002, representando um crescimento de 20,76%. Este resultado decorre basicamente dos seguintes fatores:

- reajustes nas tarifas de 10,51% a partir de 8 de abril de 2002 (efeito integral no exercício de 2003) e 31,53% a partir de 8 de abril de 2003;
- aumento dos valores cobrados dos consumidores referente ao Encargo de Capacidade Emergencial;

- aumento de 1,76% no volume de energia vendida (excluindo consumo próprio).

A partir do mês de outubro de 2003, o consumo de energia elétrica apresentou indicadores positivos de crescimento em todas as classes de consumo, com exceção da rural em função do período de chuvas, sinalizando a retomada do crescimento econômico. Com as projeções de crescimento da economia brasileira de 3,5% para o próximo ano, espera-se um crescimento real na renda das famílias brasileiras e conseqüentemente uma recuperação gradual dos níveis de consumo, contribuindo sensivelmente para o crescimento da receita de fornecimento a consumidores finais em 2004.

O Grupo CEMIG reconheceu em 2003 uma receita referente a suprimento de R\$57 milhões em comparação a R\$534 milhões no exercício anterior. Este resultado decorre basicamente da maior receita de transações com energia no MAE no ano anterior, advindas do registro do direito de ressarcimento à CEMIG da diferença entre os montantes pagos pelas transações no MAE durante o período de vigência do Programa de Racionamento e o valor de R\$49,26/ MWh.

Receita Com Recomposição Tarifária Extraordinária

O Grupo CEMIG, em conformidade ao Acordo Geral do Setor Elétrico, reconheceu no exercício de 2002, receita com recomposição tarifária extraordinária no montante de R\$275 milhões, referentes às perdas de faturamento e repasse aos geradores de parte das despesas com energia livre comercializada no Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE durante a vigência do Programa de Racionamento. Os valores reconhecidos como receita com recomposição tarifária extraordinária estão sendo recebidos pela Companhia através de um reajuste

adicional, a vigorar pelo prazo máximo de 74 meses, desde janeiro de 2002.

Despesas operacionais

As despesas operacionais do Grupo CEMIG reduziram-se 4,27% em 2003, R\$4.397 milhões em 2003 e R\$4.593 milhões em 2002. Este resultado decorre principalmente de uma redução na despesa com energia elétrica comprada para revenda, obrigações pós-emprego e provisões operacionais em contrapartida ao aumento nas despesas com pessoal, gás comprado para revenda, e da nova contribuição, a partir de 2003, para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

Despesa com pessoal foi de R\$738 milhões em 2003 comparados a R\$551 milhões em 2002, representando um aumento de 33,94%. Este resultado decorre principalmente dos reajustes de 11,45% e 16,20% nos salários dos empregados da CEMIG em novembro de 2002 e 2003, respectivamente, da redução no percentual dos gastos com pessoal transferidos para o custo das obras em andamento e ainda, da provisão de R\$78 milhões referente ao Programa de Desligamento Incentivado - PDI, implementado pela Companhia em dezembro de 2003, que contou com a adesão de 842 empregados.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$321 milhões em 2003, comparados a R\$265 milhões em 2002, representando uma variação de 21,13%. Esse resultado deve-se basicamente ao reajuste nos contratos de prestação de serviços, destacando-se aqueles relacionados à manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos e agentes arrecadadores de contas de energia.

(Continua na página 26)

ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS (Cont.)

Obrigações pós-emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$74 milhões em 2003 comparados a R\$145 milhões em 2002, representando uma redução de 48,97%. A redução nas despesas deve-se basicamente a estimativa, para o exercício de 2003, de um menor crescimento nas obrigações com benefícios futuros comparativamente a uma maior rentabilidade esperada nos ativos do fundo de pensão. A redução das despesas somente não foi maior em função da modificação, em 2003, de determinados critérios para obtenção de suplementação de aposentadoria da FORLUZ, que tiveram como consequência um impacto de R\$27 milhões no resultado de 2003.

Provisão (reversão) para perdas na recuperação dos valores da Recomposição Tarifária Extraordinária

Com base em premissas da Companhia, foi constituída, em 2002, uma provisão para possíveis perdas na recuperação dos valores da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE), no montante de R\$178 milhões, considerando o prazo máximo estipulado anteriormente de 82 meses para vigência do reajuste homologado pela ANEEL. Em 2003, devido aos novos critérios para recebimento da RTE, novas projeções econômico-financeiras da CEMIG e novo prazo concedido pela ANEEL para realização da RTE, de 74 meses, a CEMIG estimou em R\$60 milhões a provisão para perdas, e, conseqüentemente, efetuou uma reversão de R\$118 milhões da provisão anteriormente constituída.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$105 milhões em 2003 comparados a R\$53 milhões em 2002, representando um aumento de 98,11%. Este crescimento nas provisões deve-se ao aumento da inadimplência, que implicou em aumento nas provisões para créditos de liquidação duvidosa,

R\$60 milhões em 2003 comparados a R\$14 milhões em 2002.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A despesa com CCC foi de R\$282 milhões em 2003 comparados a R\$345 milhões em 2002, representando uma redução de 18,26%. Esta despesa refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL.

Gás comprado para revenda

A compra de gás para revenda foi de R\$246 milhões em 2003 comparados a R\$152 milhões em 2002, representando um aumento de 61,84%. Esta despesa refere-se a compra de gás pela GASMIG, sendo que esta variação decorre substancialmente do reajuste no preço do gás e do aumento de 12,2% do fornecimento de gás em 2003.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida através de fontes alternativas. Os custos, com impacto no resultado do Grupo CEMIG a partir de 2003, no montante de R\$118 milhões, foram definidos com base na Resolução nº 42 da ANEEL, de 31 de janeiro de 2003.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro, receita de R\$335 milhões comparada a uma despesa de R\$615 milhões em 2002, exerceu um grande impacto no resultado da CEMIG em 2003 e 2002. Esta diferença entre os períodos comparados deve-se, substancialmente, aos efeitos cambiais do Real frente ao Dólar

norte-americano.

Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro no exercício de 2003 estão relacionados a seguir:

Receita líquida com variações cambiais em 2003 de R\$336 milhões comparados a uma despesa de R\$728 milhões em 2002, sendo incidentes principalmente sobre os empréstimos e financiamentos do

Grupo CEMIG em moeda estrangeira. No exercício de 2003 o Real apresentou uma valorização de 18,23% frente ao Dólar norte-americano em comparação a uma desvalorização de 52,27% no exercício de 2002.

Apropriação de receita de variação monetária, calculada com base na variação da SELIC, incidente sobre os ativos originados do Acordo Geral do Setor Elétrico, no montante de R\$379 milhões em 2003, comparados a R\$199 milhões em 2002.

Redução do valor dos juros e variação monetária referentes aos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais decorrente, substancialmente, da redução do índice IGP-DI, indexador do contrato, 7,67% em 2003 comparado a 26,41% em 2002.

Receita líquida com variação monetária da CVA no montante de R\$93 milhões em 2003, comparados a R\$21 milhões em 2002.

Despesa com encargos de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$350 milhões em 2003, comparados a R\$251 milhões em 2002.

Redução de 66,95% na renda de aplicação financeira, R\$78 milhões em 2003 comparados a R\$236 milhões em 2002, em função do menor volume de recursos aplicados.

Reversão da provisão para ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários, no montante de R\$75

(Continua na página 27)

ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS (Cont.)

milhões, em função da alienação das NTN's da Companhia.

Resultado não operacional

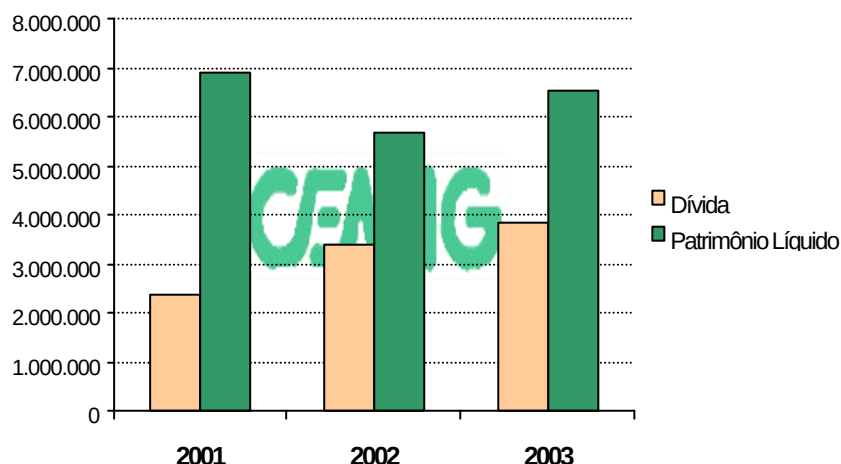
A despesa não operacional líquida foi de R\$61 milhões em 2003, comparados a R\$27 milhões em 2002, uma variação de 125,93%. Em 2003 a CEMIG reconheceu perdas de R\$15 milhões referentes aos gastos com estudos de viabilidade técnica objetivando a construção da usina de Bocaina. Esta perda decorre da revisão, pela ANEEL, do respectivo aproveitamento hidrelétrico, concluindo-se pela inviabilidade de construção da usina na localização que foi objeto original dos estudos. Adicionalmente, a CEMIG constituiu uma provisão para

perdas, no valor de R\$5 milhões, equivalente a estimativa da parcela não realizável dos gastos com estudos de viabilidade técnica para construção da usina de Formoso.

Gráfico: Receita Bruta (Valores em R\$ mil)



Gráfico: Dívida X PL (Valores em R\$ mil)



Perda extraordinária

A CEMIG registrou, no exercício de 2002, uma provisão para perda no montante de R\$1.045.325 referente ao Segundo Aditivo contratual do Contas a receber do Governo do Estado de Minas Gerais.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O grupo CEMIG apurou, no exercício de 2003, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$554 milhões em relação ao lucro de R\$1.500 milhões, antes dos efeitos fiscais. No exercício de 2002, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$71 milhões em relação ao prejuízo de R\$1.163 milhões, antes dos efeitos fiscais. ■

PARECER

A emissão de debêntures é da espécie quirografia não possuindo garantia, preferindo tão somente aos créditos subordinados em caso de liquidação da Companhia. Após análise das

demonstrações financeiras da Emissora auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu, cujo parecer não apresentou ressalvas, no que diz respeito à capacidade de cumprimento

de suas obrigações, a Companhia encontra-se apta a honrar seus compromissos decorrentes da Escritura de Emissão. ■

DECLARAÇÃO

Declaramos estar aptos e reafirmamos nosso interesse em permanecer no exercício da função de Agente Fiduciário dos debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 68, alínea "b" da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1.976 e no artigo 12, "alínea" L, da Instrução CVM 28 de 23 de novembro de 1.983.

São Paulo, 30 de abril de 2004.

Planner Corretora de Valores S.A.

"Os documentos legais e as informações técnicas que serviram à elaboração deste relatório, encontram-se arquivados e a disposição dos interessados para consulta e esclarecimentos, na sede deste Agente Fiduciário."